

MESA DIRETORA FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Coronel Chagas
Suplentes:
2º - Deputada Aurelina Medeiros

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Célio Wanderley
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Marcelo Natanael

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Erci de Moraes
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Jean Frank

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Célio Wanderley
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Remídio Monai

SUMÁRIO	Atos Administrativos	
	Resolução de Afastamento nº 396/2012	2
	OF./S.L./PRES./Nº 082/12	2
Atos Legislativos		
	Ata da 2132ª Sessão Ordinária na Íntegra	2
	Ata da 2135ª Sessão Ordinária na Íntegra	15

EXPEDIENTE	GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL
	Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR Telefone: (95) 3623-6665
	ELÂNDIA GOMES ARAÚJO Gerente de Documentação Geral
	JOÃO PAULO DE CARVALHO SILVA Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES	As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h
	É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS

RESOLUÇÃO Nº 396/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

COMUNICAR o afastamento dos Excelentíssimos Senhores Deputados **JANE JOSÉ DA SILVA**, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias e **GERSON CHAGAS**, 3º Vice-Presidente da ALE-RR, que deslocaram-se a Terra Indígena Catrimani, no período de 21.08 a 28.08.2012, com a finalidade de prestarem serviços de resgate e retirada de garimpeiros daquela Área, sem ônus para este Poder. Conforme OF./S.L./PRES./Nº 082/12, datado de 21 de agosto do ano em curso.

Palácio Antônio Martins, 04 de setembro de 2012
Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
 Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
 1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
 2º Secretário

OF./S.L./PRES./Nº 082/12
 Palácio Antônio Martins, 21 de agosto de 2012.

Ilustríssimo Senhor
ANDRÉ DOS SANTOS VASCONCELOS
 Coordenador Regional da FUNAI de Roraima
 Rua: Bento Brasil, 536-Centro.
 Telefone: 3623-9173

Senhor Coordenador,

Cumprimentando-o, cordialmente, esta Casa Legislativa, em face da existência de garimpeiros na cabeceira do rio Apiaú, hoje em terras indígenas, solicita autorização para, através de aeronave do Governo do Estado pousar na Missão Catrimani, que servirá de base para retirar os garimpeiros que se encontram naquela área.

Informo a Vossa Senhoria que irão acompanhar a operação o 3º Vice-Presidente desta Casa e membros da Comissão de Direitos Humanos, cuja operação ocorrerá de 21 a 28 do corrente.

Aguardamos resposta com a urgência que a matéria requer. Atenciosamente,
 Deputada **AURELINA MEDEIROS**
 Presidente em exercício

ATOS LEGISLATIVOS

ATA DA 2132ª SESSÃO, EM 26 DE JUNHO 2012.
 43º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =
 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.
 (Em exercício)

Às nove horas do dia vinte e seis de junho de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima trigésima segunda Sessão Ordinária do quadragésimo terceiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura da Sessão.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Chicão da Silveira) - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Erci de Moraes) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

- Ofício nº 001/12, de 19/06/12, do Deputado Célio Wanderley, informando que a Comissão Especial Externa, criada através da Resolução nº 008/11 e alterada pela Resolução 020/11, foi extinta no dia 15/06/12.

- Ofício nº 001/12, de 19/06/12, do Deputado Erci de Moraes, informando que a Comissão Especial Externa, criada através da Resolução nº 007/11, foi extinta no dia 15/06/12.

- Ofício nº 001/12, de 19/06/12, Do Deputado Remídio Monai, informando que a Comissão Especial Externa, criada através da Resolução nº 006/11 e alterada pelas Resoluções nº 016/11 e 021/11, foi extinta no dia 15/06/12.

- Memorando nº 160/12, de 21/06/12, do Deputado Jalser Renier, comunicando sua ausência na sessão ordinária do dia 14/06/12.

- Memorando nº 158/12, de 21/06/12, do Deputado Jalser Renier, comunicando sua ausência na sessão ordinária do dia 20/06/12. Ofício nº 050, de 21/06/12, do Deputado Jean Frank, comunicando sua ausência nas sessões ordinárias dos dias 19,20 e 21.

DIVERSOS:

- Comunicado nº AL055998/2012, de 13/06/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para execução do programa FNDE da Associação de Pais e Mestre da Escola Municipal Martins Pereira Da Silva.

- Comunicado nº AL055999/2012, de 13/06/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para execução do programa FNDE da Associação de Pais e Mestre da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Balduin.

- Comunicado nº AL056000/2012, de 13/06/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para execução do programa FNDE da Associação de Pais e Mestre da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Raio de Sol.

- Ofício Circular nº003/12, de 06/06/12, da Delegacia Geral de Polícia Civil, encaminhando cartaz de divulgação do Disk 100. Ofício nº 207/12, de 11/06/12, da FUNALE, encaminhando Carta de Natal, que consubstancia a decisão tomada pelo Conselho de Representantes desta federação.

-Carta s/n, do senhor José Cassiano Ribeiro, solicitando providências aos problemas existentes na Representação do Estado de Roraima em Manaus.

- Ofício nº 2015/12, de 14/06/12, da ANVISA, encaminhando Revista "Anvisa Debate, que trata da I Semana de vigilância Sanitária no Congresso Nacional e o Relatório de Atividades da Anvisa.

Era o que constava do expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhor Presidente, não há nenhum orador inscrito para o Grande Expediente.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Neste momento, a Sessão é transformada em Comissão Geral, atendendo requerimento 021/12 aprovado na sessão plenária do dia 21 do corrente, momento em que esta Casa ouvirá representantes das comunidades indígenas localizadas no Estado de Roraima que busca suas inserções no processo de desenvolvimento do Estado.

Convido o Senhor Deputado Naldo da Loteria que conduza à Mesa dos Trabalhos o Secretário de Estado do Índio, Hipérion Oliveira, neste ato, representando o Governador do Estado para fazer parte da Mesa.

Convido o Senhor Deputado Brito Bezerra que conduza à Mesa dos Trabalhos o representante do Prefeito de Boa Vista, Senhor Terêncio de Lima.

Convido o Senhor Deputado Flamarion Portela que conduza à Mesa dos Trabalhos o procurador Geral de Justiça do Estado, Senhor Fábio Stica.

Convido o Senhor Deputado Soldado Sampaio que conduza à Mesa dos Trabalhos o General José Luiz Jaborandi.

Convido o Senhor Deputado Diego Coelho que conduza à Mesa dos Trabalhos o Secretário Adjunto da Secretaria de Agricultura, Senhor Rodolfo Pereira.

Convido o Senhor Deputado Gabriel Picanço que conduza à Mesa dos Trabalhos a Professora Doutora, Giocunda Martinez, coordenadora do curso de licenciatura cultural.

Convido o Senhor Deputado Erci de Moraes que conduza à Mesa dos Trabalhos o representante do Dom Roque, o missionário Luiz Ventura.

Convido o Senhor Deputado Marcelo Cabral que conduza à Mesa dos Trabalhos o coordenador do conselho indígena de Roraima, CIR, Mário Nicácio Wapixana.

Convido o Senhor Deputado Dhiego Coelho que conduza à Mesa dos Trabalhos o representante do coordenador regional da fundação nacional do índio, André dos Santos Vasconcelos.

Convido o Senhor Deputado Ionilson Sampaio que conduza à Mesa dos Trabalhos o Defensor Público Geral do Estado, Doutor Stélio Dener de Souza Cruz.

Convido o Senhor Deputado Ionilson Sampaio que conduza à Mesa dos Trabalhos o Doutor Leocádio Vasconcelos, Secretário de Saúde.

Convido o Senhor Deputado Flamarion Portela que conduza à Mesa dos Trabalhos o Doutor Sá Cavalcante.

Neste momento, convido a todos para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional, hoje contado em macuxi.

(Hino Nacional)

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Gostaríamos, em nome do Doutor Fábio Stica, cumprimentar todas as pessoas que fazem parte da Mesa dos trabalhos, cumprimentar os Senhores Deputados, comunidades indígenas, autoridades aqui presentes. Convido a Doutora Niura Baraúna, Presidente do IBAMA, a fazer parte da Mesa.

Senhoras e Senhores deputados, comunidades indígenas aqui presentes. Esta é mais uma audiência pública, onde vamos ouvir assuntos que afligem e incomodam as comunidades indígenas. A Assembleia, sob nossa direção, tem como foco abrir, aproximar, o máximo possível, a Casa do Povo ao povo. Este é, pois, mais um evento dentro da nossa linha de pensamento que é aproximar a Assembleia da população de Roraima.

Agradecemos a todos aqui presentes, entendemos o esforço dos coordenadores indígenas para que este evento fosse realizado. Informamos com satisfação que no próximo ano realizaremos a número dois, e com certeza será melhor que a primeira, e depois vamos fazer com que isso vire um calendário obrigatório desta Casa com a comunidade indígena. É o compromisso que assumimos com vocês a partir de agora.

Neste momento, a palavra está franqueada aos líderes indígenas

que falarão sobre os seguintes temas; Etnia e Desenvolvimento, Júlio José de Sousa Macuxi, Índio macuxi da comunidade Matruca e coordenador do CIR na região das Serras; Pecúria, Anselmo da Silva, Índio Macuxi da comunidade do Bairro de Barro e coordenador do centro de formação de cultura Raposa Serra do Sol; agricultura, Lupredo Abel Moraes, Índio Macuxi da Comunidade de Volta do Teso, Presidente da Associação da Sociedade em Defesa dos índios unidos de Roraima, SODIUR, Matisa de Lima, Índia macuxi da comunidade de guariba e coordenadora da organização das mulheres indígenas de Roraima – OMIR; Tradições e Culturas Indígenas, Dilson Dominte Ingaricó, da comunidade de Manalai e Assessor do Conselho dos Povos Indígenas – COPING; Extrativismo, Jonilson Raposo Batista, Índio Macuxi, comunidade do Cobra, Presidente da Associação dos Povos Indígena do Wai-Wai; Etnoturismo, Telma Marques, Índia Taurepang, comunidade de mangueira, Município de Amajari; Secretário-Geral dos Movimentos das Mulheres Indígenas de Roraima, João Alfredo Pereira da Silva, índio Wapixana, Tuxaua da comunidade Esperança-São Marcos; Educação, Davi Copenhague, Índio Yanomami, Presidente da Associação Yanomami cutucará; Mário Nicácio Wapixana, da Comunidade Pium Serra da Lua, coordenador Geral do Conselho Indígena de Roraima.

Neste momento convidamos para fazer uso da palavra com tempo de até 10 minutos, o Senhor Júlio José, índio macuxi da comunidade de Maturuca e coordenador do CIR na região das serras.

O Senhor Coordenador do CIR – Índio Júlio José – Bom, meus amigos, muito bom-dia, quero agradecer ao Presidente da Assembleia, Deputado Chico Guerra, a todos os Deputados aqui presentes, também agradeço a todas as autoridades aqui presentes, principalmente, às nossas autoridades indígenas das organizações na comunidade, todo público e outros que desejaram chegar aqui mas não conseguiram devido ao transporte, mas, enfim, é um momento importante, Senhores, que a Assembleia vem buscar junto às comunidades indígenas um papel de suma importância, e esse papel que ao longo dos anos as comunidades indígenas lutaram e reconquistaram apenas 46% do seu território aqui no Estado de Roraima. Então, acho que é um caminho para a sustentabilidade, e equilíbrio ambiental, e isso só é fundamental com a demarcação com as terras indígenas, isso conforme a nossa Constituição Federal e também a nossa constituição estadual.

Enfim, o caminho da sustentabilidade, o caminho do sustento, do etno desenvolvimento, a partir deste momento esses temas começam a ser colocados e discutidos na Assembleia e que tanto o executivo federal como estadual e municipal se envolvam no trabalho com as comunidades indígenas. Vou contra uma história real, relacionada a um vaqueiro da comunidade. Certo dia, saiu a campear o seu gado, foi apanhar uma rês, desgarrada do rebanho chegou a uma fazenda e desde então, nunca mais foi vista. O vaqueiro tinha consigo a certeza de que estava trabalhando para o sustento da sua família, para a sustentabilidade do seu patrão fazendeiro que contribui com sua comunidade, e também tinha a certeza que aquela comunidade contribuía com várias comunidades indígenas e essas por sua vez contribuía para sua região e esta contribuía com o seu município, e seu município contribuía para outros outros municípios, e assim sucessivamente, municípios contribuía para o seu Estado e o Estado para o Brasil. Esse fato ocorreu no dia 2 de janeiro de 2003 quando o vaqueiro Aldo da Silva Mota trabalhava para sua família quando foi morto. Fora uma vida ceifada, e aí pedi a esta Casa apresentar uma Moção, um encaminhamento para o poder judiciário acelerar nas providências e dar soluções aos julgamentos dos casos de violência com vítimas das comunidades indígenas, pois existem casos com mais de 10 anos sem solução. Então que o Poder do povo que é a Assembleia Legislativa possa nesse sentido fortemente contribuir para a solução.

Quanto às comunidades indígenas, tem um sistema de trabalho diferenciado que é a rotação de trabalho, enfim, vocês sabem que aqui em Roraima nós convivemos com culturas de inverno e verão, também as comunidades precisam se adaptar a isso. Durante o inverno fazer a plantação, no verão a colheita, no verão também se prepara, e tudo isso gira em torno do trabalho da comunidade, feito de forma comunitária e individual. Na reunião é feita análise dos trabalhos. Nas comunidades, há uma programação das reuniões comunitárias e no final o resultado. Acho que esse é o ponto da saída.

Como vocês sabem, são 32 áreas indígenas aqui em Roraima, inclui Raposa Serra do Sol do norte até o sul que é o Waimiri Atroari, do lado esquerdo as terras indígenas, regiões onde as comunidades estão sendo tralhadas.

Então, há um trabalho muito grande a ser realizado quanto ao

ordenamento de território ambiental que possibilite a harmonização e o uso racional dos recursos naturais com equilíbrio necessário para preservação, conservação e recuperação do ecossistema, visando desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar de qualidade para vida das comunidades indígenas de Roraima. Acho que esse é a parte fundamental que precisa ser trabalhada, no entanto, esse papel precisa fazer parte do orçamento dos Estadual, Federal e Municipal, até porque os recursos que vêm, incluem as comunidades indígenas.

Por outro lado, também é importante, acho que a Assembleia tem um papel fundamental nesse sentido de desenvolver estudos e levantamentos dos potenciais econômicos existentes nas terras indígenas em apoio às alternativas sustentáveis de geração de renda, segurança alimentar e educação ambiental sob controle indígena, o que isso significa? É que a gestão do território passa primordialmente pelas suas comunidades, suas regiões e isso necessitará de um controle das comunidades indígenas que convivem diariamente com as situações. Isso é através de análise, desenho do trabalho, ação, impacto e assim sucessivamente, isso é uma linguagem apropriada que sempre temos usado nas comunidades indígenas.

Bom, enfim, há um trabalho que as comunidades apresentam como potencial que é exatamente da pecuária sobre a qual alguém hoje vai falar. Mas, hoje, a ADERR que tem trabalhado com as comunidades vacinado gados, tem uma contagem mais precisa do tamanho do rebanho das comunidades indígenas, mas é uma quantidade considerável, acima de 50 mil cabeças de gado, isso significa, Senhores Deputados, que o rebanho do Estado de Roraima também tem nas comunidades indígenas, isso significa, Senhores, que precisamos de políticas que venham melhorar geneticamente o rebanho das comunidades indígenas para então também fazer parte da mesa dos roraimenses, dos brasileiros. Acho que esse é um papel fundamental, é um potencial econômico, mas por outro lado tem a agricultura hoje tanto nas comunidades indígenas como nos pequenos agricultores são os que produzem a melhor farinha do Estado. E por falta de incentivo, Deputado Chico Guerra, o estado continua comprando farinha em outros Estados, mas espaço, vontade e saber fazer, as comunidades indígenas, o nosso pessoal sabe, precisamos, porém de uma oportunidade, de uma política permanente para isso.

Também, Senhores Deputados, autoridades, fazemos parte em muitas comunidades indígenas do potencial de etno turismo, são lugares sagrados nas terras indígenas, também são lugares de preservação e conservação das comunidades onde, por exemplo, no dia 2 de janeiro o Oto foi assassinado, mas o espírito dele também está nesses lugares sagrados, dando força para o seu povo. Então, são aberturas que podemos daqui para frente desenvolver debates e construir planos eficientes e que de fato cheguem nas comunidades indígenas.

Nesse sentido também as comunidades passam a elaborar seus planos de gestão de suas terras que fazem parte de um processo de conhecimento, mas há um processo que venha de fato aprimorar o que a comunidade já tem, e trabalhar as potencialidades, mas também preservar a sua cultura e seu conhecimento tradicional.

Por outro lado, é necessário e importante não só a promoção das atividades culturais com foco nos conhecimentos, mas também a manifestação cultural dos povos indígenas, que aqui no nosso Estado, como já disse, 46% são das comunidades indígenas. Então, está bem na hora do Estado de Roraima dizer: "Olha nós temos várias línguas indígenas, macuxi, taurepangue, waiwai, yanomami, angaricó, patamona que podem fazer parte do conteúdo escolar das comunidades indígenas, também nas escolas da cidade, pois estamos na terra de macunaima. Então é necessário conhecer a língua desses povos.

Também há muitos produtos oriundos das comunidades indígenas que precisam necessariamente ter uma marca indígena. E a Assembleia com certeza colocando isso terá a marca dos produtos das comunidades indígenas para o Estado, Brasil e para o exterior.

Enfim implantar nas comunidades ou no próprio centro um centro de aprendizagem agroambiental nas comunidades, fazer parte da agenda do Estado, incorporar essa demanda, essa sabedoria ao Estado, nas instituições. Isso é conviver com ela, acho fundamental para um processo de amadurecimento, também de consolidação de uma conquista de um direito, enfim, uma perspectiva de exercer esse direito, ter esse direito garantindo.

Os povos indígenas, vocês podem perceber que o pé da pirâmide representa que a maior parte é a juventude, a parte verde são os jovens. Então, é a comunidade que está chegando, que precisa de uma melhoria de educação. Vocês ao visitarem as escolas indígenas, vão ver a situação: algumas estão em reforma, mas há as que os alunos

estudam debaixo de árvore, têm a vontade de querer estudar, aprender, vocês ouviram aqui o Hino Nacional cantado na língua macuxi, aprenderam nas escolas, é o professor indígena que está lá, mas é preciso haver incentivo, dessa melhoria. Então, acho que implantar junto às comunidades, junta às comunidades mecanismos e alternativas para evitar que elas migrem para a cidade. Mas é fundamental dar apoio ao interior.

Bom, quero agradecer ao Presidente a todos os Deputados e a população, o meu muito obrigado.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Com a palavra o Índio Anselmo Dionísio Filho que falará sobre a Pecuária.

O Senhor Anselmo da Silva – Coordenador do Centro de Formação da Cultura Raposa/Serra do Sol – Bom-dia a todos, Senhores Deputados, lideranças, Tuxauas, coordenadores, representantes do nosso Estado e do nosso Brasil, para quem não me conhece, sou Anselmo Dionísio Filho, ex-tuxaua da comunidade indígena do Barro, na região do Surumu, terra indígena Raposa/Serra do Sol, faço parte como Coordenador do Centro de Formação de Cultura Indígena Raposa/Serra do Sol, é um centro educacional, faço parte da coordenação do projeto criação do gado da região do Surumu. É pela primeira vez estou aqui nesse trabalho para construção do nosso Estado, das nossas comunidades indígenas buscando melhorar o nosso trabalho, são reivindicações das nossas lideranças. Acredito que todos os Senhores também possam ir, com certeza, isso faz parte desse nosso trabalho. Mário Nicácio é o coordenador das nossas comunidades e do Conselho Indígena de Roraima. O coordenador Júlio falou muito sobre o etno desenvolvimento, gostaria de falar sobre a pecuária do nosso trabalho, quanto à melhoria, com certeza, é nossa segurança alimentar e, principalmente, da nossa terra. Hoje, nós, como coordenadores, lutamos pelas nossas terras e pelos nossos direitos. O projeto do gado tem avançado bastante na condição da segurança e hoje estamos trabalhando numa escola agrícola integrado, agronomia, pecuária, gestão e manejo ambiental. Esse trabalho é justamente não só pensar na pecuária, mas também pensar em todas as vidas envolvidas. Se hoje queremos salvar o nosso planeta, temos que criar, ter iniciativa, proposta também para a prática de trabalho. E quanto ao projeto do gado, se observa o avanço pelas comunidades, percebe-se o melhoramento genético, hoje estamos com um projeto de inseminação artificial, visando geneticamente melhorar a condição do nosso gado. Para as áreas que foram desocupadas, temos projetos a serem aplicados, visando desenvolver aquela área, onde ocorre desmatamento, uma destruição imensa, com certeza, a nossa prática de trabalho nas comunidades vai conseguir desenvolver essas atividades e dar segurança para a nossa terra, principalmente na condição de água e da agricultura.

Então, através do projeto do gado também, houve avanço na venda da carne bovina, não só a ADERR que fez o trabalho de vacinação, a quantidade de 49 mil cabeças de gado, mas também das comunidades que venderam carne para CONAB que dá todo o encaminhamento de vendas das comunidades que comercializam a carne do gado, leite, queijo. É claro, que precisa de um número maior para manter o gado nas nossas comunidades, e estamos trabalhando para isso.

Em visita a algumas comunidades, onde se ouviu alguns fazendeiros, até mesmo, pessoas relatar histórias sobre as comunidades que não têm transporte, diesel, mas tem o transporte animal, gado, dizendo: por que não vende o gado para comprar um caminhão para vocês". A resposta do Tuxaua foi: "olha, um dia o petróleo vai acabar, o combustível vai acabar, e os nossos bois vão continuar trabalhando", e isso levando em consideração todos os trabalhos que estão sendo feitos nas comunidades, todas as alternativas, iniciativas para dar condição para desenvolver a criação dos animais, e é isso. Nós, como representantes e como coordenadores, estamos nesse trabalho, frente das nossas organizações, frente das nossas comunidades, e peço a todos os Senhores para que possam ajudar, acompanhando não só aqui, mas na comunidade, que essa plenária seja lá na base, pois é lá que está a reivindicação de todas as nossas comunidades.

O Centro de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol, não só trabalha o gado, mas também trabalha a agricultura, o manejo ambiental, está preocupado com a fauna silvestre, está preocupado com os lagos. A questão da inseminação artificial no gado que nós estamos trabalhando, não significa só comprar o touro e levá-lo para a comunidade, inclui também levar um sêmen para a matriz que está lá para que se crie e dê segurança tanto para ela, quanto para a própria terra para que não se perca.

Muitos projetos chegam na comunidade de cima para baixo, e

acabam se perdendo. Precisamos pensar juntos no que realmente precisa ser feito. Quando falamos na extensão pecuária não pensamos em detonar hectare para plantar capim para gado, mas também pensamos em outras vidas e os animais que estão lá já conhecem o campo. Só na região do Surumu, nós estamos com 23 projetos de gado, fora outras comunidades que têm cerca de 80 projetos que estão sendo trabalhados em forma de rodízio, onde cada comunidade passa 5 anos, e a procriação fica naquela comunidade e vai repassando para outra comunidade. Esse é um projeto de vida.

Seria interessante que alguns Deputados fossem na nossa comunidade verificar de perto a nossa situação, colocar um outdoor sobre o trabalho que fala do gado e não da miséria. Precisamos que vocês nos visitem mais, não só na época da política. Agradeço a todos os Senhores que fizeram o convite, o meu muito obrigado a todos.

O Senhor Presidente Deputado (Chico Guerra) – Com a palavra o Senhor Lupedro Abel Moraes – Presidente da Sociedade em Defesa dos Índios Unidos de Roraima – SODIUR.

O Senhor Lupedro Abel Moraes (Presidente da Sociedade em Defesa dos Índios Unidos de Roraima – SODIUR) - Quero aqui cumprimentar a Mesa, os Senhores Deputados, Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, o Ilustríssimo Senhor Coordenador do CIR e demais autoridades presentes, meu muito bom-dia, muito obrigado pela oportunidade. Meu nome é Lupedro, sou atual Presidente da SODIUR. Eu quero começar a minha fala citando uma frase do Alves: “quem não tem sonhos vive agarrado ao presente”. Eu quero dizer aos Senhores Deputados e demais autoridades presentes, lideranças indígenas, membros de comunidades indígenas, somos um povo que ainda sonha com o futuro que almeja, somos ainda um povo que sabe o que quer, que tem seus objetivos, e não é de agora. A história nos conta que desde os períodos coloniais, nós sempre incomodamos a sociedade ocidental, tanto é que, por ser tão incômodo, se fez em nome da sociedade indígena de todo o Brasil políticas voltadas para a sociedade indígena. A Convenção da 8169 é o exemplo de que devido à inquietação foi elaborado esse documento garantindo-nos alguns direitos que em parte, hoje, são efetivados.

Em relação à agricultura, conforme se ouviu na última semana falar sobre sustentabilidade na Rio+20. Se falou em críticas ao documento que foi aprovado. Mas, trazendo para a nossa realidade indígena, eu diria que, enquanto houver um indivíduo, um indígena, um wapixana que não tenha condições mínimas para viver uma vida digna, não se pode falar em sustentabilidade, porque a sustentabilidade é voltada para a pessoa humana. Não se pode falar em sustentabilidade, preocupação coma natureza enquanto nós, indígenas, passamos por dificuldades, por falta de ações efetivas que realmente estão no anseio da população indígena. Já se passaram várias lideranças indígenas que começaram a luta. Quando digo liderança indígena, não menciono organização indígena, mas as lideranças que lutaram por seus direitos, muitos dos quais ainda vivem, outros já morreram, portanto não viram a transformação que se teve, que se pensa, que se almeja, dentro do povo indígena.

Se falou aqui sobre o etno desenvolvimento; se falou aqui sobre a pecuária, sim nós estamos trabalhando. Mas, muitas vezes, talvez por concepções errôneas não somos vistos dessa forma, somos vistos por alguns segmentos sociais como um atrapalho ao desenvolvimento do Estado. Não foi isso que se pregou? Que os indígenas seriam um impasse para o desenvolvimento do Estado. Mas, não pensamos assim, pois temos muito que contribuir com o nosso Estado. Nós temos os nossos potenciais nas nossas terras indígenas. Eu falei no Caracaraná quando veio a representante da Presidência da FUNAI e disse: “Vossa Excelência vê esse lavrado? Ele tem potencial para a agricultura. Não estou dizendo que vamos destruir tudo, mas o indígena, segundo sua cultura, usa aquilo que é suficiente para ele”.

O povo indígena que já trabalha a agricultura desde o seu surgimento, lembro-me ainda que, na década de 80, quando meus avós, meus pais usavam um símbolo das comunidades indígenas. Quando se aproximava de uma comunidade indígena, se deparava com círculos redondos em cima da Casa. Aquilo lá era beiju, representando fartura, mas hoje, se tem dito que o índio se tornou preguiçoso, porque não se vê mais o milho pendurado ali no varal. Não é que o índio se tornou preguiçoso, mas as coisas mudaram, o contato intenso com a sociedade envolvente nos causaram transformações profundas e radicais que trouxeram outras necessidades, e essas necessidades se tornaram prioridades na vida de muitas comunidades indígenas. Na geração do avô do meu pai, não precisavam colocar um filho na faculdade para sustentá-lo na cidade. Porém, hoje, a nossa necessidade é essa. Todos

sabem que o índio não tem um filho só. Se tivéssemos um filho só seria muito mais fácil sustentá-lo, não é assim. Então, o nosso foco principal, a nossa força motriz está na agricultura. Nós temos nas nossas comunidades algumas ações pontuais. Nós temos com o apoio do Governo do Estado algumas ações que são desenvolvidas, mas não são suficientes para todas as comunidades indígenas. Isso afeta profundamente a nossa produção, quero dizer, Senhores Deputados, que os Senhores têm um poder de aprovar projetos voltados à liderança indígena. Gostaria que os Senhores olhassem essa questão com mais carinho e sensibilidade. Queremos o acompanhamento nas ações que estão sendo implementadas nas comunidades, nós estamos produzindo, uns mais outros menos, uns com apoio outros sem apoio, as comunidades cresceram, a população aumentou e as ações não são suficientes. Por isso, quero dizer ao Secretário do Índio que olhe essa situação, que faça um diagnóstico mais detalhado das nossas produções, temos que aproveitar o potencial de cada região, uns com pecuária, outras com agricultura. Então, só assim, que o povo indígena fica fortalecido, fortalece sua comunidade, fortalece a terra indígenas, fortalece as lideranças, fortalece as organizações que estão aqui com todo o sacrifício para buscar uma maneira de melhorar, para representar melhor esse povo.

Quero chamar a atenção das autoridades, dos Senhores Deputados, nós, como representantes do povo, coordenadores de organizações, sugerimos uma oportunidade para sentar à mesa para discutirmos isso juntos, para que isso não venha de cima para baixo. Eu recebo aqui o Projeto de Lei nº 031/12 desta Casa, e quero dizer aos Senhores Deputados, aos senhores representantes do Governo do Estado e demais autoridades presentes que ficaremos muito felizes quando esse projeto sair do papel e chegar ao parente que está lá na sua roça trabalhando, e não pôde estar nesta Casa para ouvir a nossa reivindicação. Quando ele perceber que está sendo beneficiado, através desse Projeto, quando realmente ele perceber que isso vai melhorar a vida dele, ficarei muito contente, como os demais, nós indígenas ficarão muito contentes. Mas, se isso não sair do papel não valerá à pena, como tantos outros projetos de Governo que têm ficado somente no papel. Meu muito obrigado.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) - Neste momento, ouviremos a palavra da Representante da Organização das Mulheres Indígenas de Roraima, índia macuxi Iranildes Barbosa.

A Senhora Representante da Organização das Mulheres Indígenas de Roraima, índia macuxi (Iranildes Barbosa) – Bom dia a todos, aproveito para cumprimentar a todos os Deputados e todos os presentes nesta sessão. É muito importante para nós sabermos que os Deputados estão nos ouvindo.

Sou da comunidade indígena São Jorge, no Município de Pacaraima. Hoje, moro em Boa Vista, sai da comunidade para estudar e trabalhar. Sou bacharel em administração, com muito sacrifício, como mulher e mãe. Quero dizer, em nome OMI, que, com muito sacrifício, as mulheres indígenas têm muito a contribuir quando falamos em agricultura. Nesta oportuna audiência quero destacar que as mulheres indígenas são sábias para terem uma agricultura sustentável. Em relação à agricultura, acabamos de vir do Rio de Janeiro com a delegação de Roraima, ouvimos sobre sustentabilidade. Não podemos pois falar de sustentabilidade sem falar no meio ambiente, falando da agricultura pois está tudo interligado.

As mulheres sempre tiveram seus trabalhos em suas casas, como em todo o Brasil. Embora elas tenham seus trabalhos, mas não são vistas como trabalhadoras, elas contribuem para que seu povo tenha uma segurança alimentar. As mulheres da comunidade estão contribuindo para que suas roças produzem alimentos a seus familiares, além de criarem gado, que antigamente era feita pelos homens. No Alto São Marcos, na Fazenda Canon, muitas delas já têm mais de duzentas cabeças de gado; na região do Amajari, no Retiro Cuba, elas também têm criação de gado, assim como na Raposa e Serra, elas pediram que cada Tuxaua da comunidade doasse a elas uma cabeça de gado, pensando sempre na sua renda.

Antes o nosso consumo era diferente, hoje nós consumimos produtos diferentes, tanto é que muitos indígenas estão adoecendo, devido à mudança de hábito alimentar, isto é reflexo da alimentação. Quero dizer que elas não trabalham só na agricultura, elas têm outras ocupações, sempre preocupadas com o lado social, destaco, que é motivo de preocupação a violência contra as mulheres, esclarecendo sobre a lei 11.340/2006. até por que todos queremos que a violência chegue até as mulheres.

Tem uma Emenda Parlamentar do Senador Augusto Botelho

em parceria com a EMBRAPA e a OMI, ao Projeto Valorização da Agricultura Indígena onde é trabalhada a questão da agricultura pelas mulheres, por que com as mulheres? Não que os homens não estejam trabalhando, mas é para somar porque as mulheres desde que acordam já estão trabalhando, seja em casa com os serviços domésticos ou na agricultura. É importante salientar que será de suma importância o apoio de Vossas Excelências, quer seja na ajuda financeira para fortalecer as atividades existentes, não precisa fazer outro projeto, ou dar uma roupagem para ficar bonito. Para confirmar, podem ir até lá e vejam o que já existe. Nós não somos preguiçosos, nem gostamos de baderna, queremos somente o que nos é de direito para vivermos bem o dia a dia. Mas para que isso aconteça é preciso investir na terra, porque há local que é puro lavrado. E se nós plantarmos no período de chuva, logo vem o verão e morre tudo, ou o contrário, pode acontecer, que se planta no verão e no inverno fica tudo debaixo da água. Então, estamos sempre sofrendo com o tempo.

Nesta oportunidade, quero agradecer pelo convite, apesar de não ter feito uma apresentação mas sei do que nós precisamos até porque vivencio isso todos os dias. Muito obrigada!

O Senhor Presidente Deputado (Chico Guerra) – Com a palavra o Senhor Dilson Dominte Ingaricó, Assessor do Povo Ingaricó para falar sobre Tradições e Culturas Indígenas.

O Senhor Dilson Dominte Ingaricó -Assessor do Povo Ingaricó para falar sobre Tradições e Cultura Indígenas- Cumprimento os nobres Deputados e autoridades presentes, indígenas e convidados. Agradeço pelo convite e espero que este seja o primeiro de muitos, e que a Assembleia venha cumprir o seu papel fundamental que é de fazer uma gestão participativa.

Presto assessoria ao Conselho do Povo Indígena Ingaricó, é uma organização recente, tem 9 anos, também sou assessor pedagógico dos povos indígenas. O meu tema vai além da cultura e tradição, se complementa com educação.

Vou me ater a dois momentos da cultura indígena, antes de tudo quando o Brasil foi descoberto pelos Portugueses os povos indígenas tinham saberes e conhecimentos próprios, viviam conforme suas tradições. Naquele momento não havia preocupação de produzir, ou ensinar, ter escola ou hospital, naquele momento era viver de forma harmoniosa com a natureza. Hoje o crescimento populacional mudou a cultura indígena, diante dessa pressão os povos indígenas lutam para manter a sua tradição, e não é fácil diante do conhecimento científico que lhe é imposto, muitas vezes favorece e ao mesmo tempo desfavorece a vida humana. A preocupação de crescer economicamente é uma das coisas que alterou a cultura indígena, mas na questão social o País deixou a desejar, aqui no Estado de Roraima, a maioria dos povos indígenas que vive com sua cultura viva são povos Yanomami e os Ingaricó, e os povos Waiwai e demais povos indígenas já foram dizimados com outras culturas, seja ela de forma positiva ou negativa. Eu não tenho nada contra as igrejas, mas elas têm contribuído para a extinção de culturas indígenas, as suas bebidas, arte e cantos têm sido violadas pelas religiões, eu falo isso como representante indígena, a maioria das comunidades luta pela revitalização e fortalecimento das culturas, às vezes, nós entendemos que as escolas vão resolver isso, outras vezes, pensamos que não vai resolver esse problema. A cultura indígena pode se fortalecer mediante o fortalecimento da vivência cultural, seja ela no meio da comunidade, na igreja, roça em todo lugar, ela está relacionada com sua arte, obra, sua arte de criar músicas, arte de plantar e colher, liderar sua comunidade e de transmitir seus conhecimentos e que esses meios precisam ser fortalecidos. Hoje estamos implantando esse objetivo nas comunidades indígenas, mas como é que a escola vai se fortalecer se hoje nós não temos um programa de desenvolvimento cultural ou programa específico para o desenvolvimento indígena, e que muitos professores e lideranças indígenas lutam pela educação específica diferenciada. Muitas vezes nós entendemos que educação diferenciada é isolar o conhecimento da sociedade, e não é isso! E sim crescer e valorizar o saber local e com ele trazer novos conhecimentos, isso sim, para nós significa uma educação escolar diferenciada, é a valorização de saberes diferentes, não só a aceitação de uma cultura como sendo a melhor.

Quero falar dos bens individuais, conforme suas culturas fazem suas artes, e ditam o que é seu e de seus companheiros. É meu porque eu fiz. tem toda a liberdade de dizer que é autônomo, mas isso tem faltado na luta e organização de políticas para o desenvolvimento das comunidades indígenas. Muitas vezes a cultura está relacionada à conversa, e transmissão de conhecimento, e ela não existe sozinha, a cultura indígena está no meio das discussões das assembleias, e em

outras formas de manifestações. Não é só no fazer, como por exemplo, construir uma canoa, a cultura faz parte do processo de crescimento e da mudança da realidade de qualquer sociedade. Todos nós temos culturas, e ela é dinâmica, e, por ser dinâmica pode ser mudada para pior ou para melhor, dependendo do que estamos oferecendo para a sociedade, dependendo da gestão do Estado e do Município e do País. Se nós acreditamos que todos nós, por sermos diferentes e termos culturas diferenciadas, temos riqueza. É isso que trás a nossa discussão.

Quero agradecer o convite e pedir desculpar por não trazer o material necessário devido eu ter sido convidado no dia de ontem. Quero apresentar o plano territorial da terra indígena Raposa/Serra do Sol e disponibilizá-lo a todos, que todos tenham acesso a esse material que é produto de uma ampla discussão junto com o Poder Público e as Organizações Indígenas e Comunidades.

(Apresentação de canção Ingaricó)

O Senhor Presidente Deputado (Chico Guerra) – Com a palavra o Senhor Jonilson Raposo Batista – Presidente da Associação dos Povos Indígenas Waiwai.

O Senhor Jonilson Raposo Batista - Presidente da Associação dos Povos Indígenas Waiwai, da terra indígena Trombeta Mapuera da comunidade do Cobra. – Bom-dia companheiros, Senhores Deputados, quero agradecer a oportunidade de poder estar representando os povos indígenas.

Vou falar sobre o extrativismo no Estado de Roraima, apesar de não ser de conhecimento, mas há muitos produtos resultantes do extrativismo, que ainda precisa ser explorado no Estado de Roraima. Já foi falado sobre a pecuária, agricultura, etno desenvolvimento e agora sobre o extrativismo. O povo Waiwai trabalha com a castanha do Brasil, conhecida como castanha do Pará, inclusive, essa produção não aparece no censo do Estado, mas existe e é enviada para o Estado do Amazonas, onde é vendida para atravessadores de outros Estados, e não deixam quase nada no nosso Estado. Hoje, estamos tentando mudar essa maneira de trabalhar, estamos tentando agregar valores a esse produto, acreditamos que, se agregarmos valor, a gente vai estar garantindo a sustentabilidade da comunidade e que posteriormente vai deixar recursos dentro do Município. Para este ano está previsto colher 6 mil sacos de castanhas algo em torno de 300 toneladas de castanha, já está firmado contrato com a empresa PALNAPLAM, para 2 mil sacas de castanha. Então, esse é um contrato. Portanto, além de ser uma empresa nova que vai valorizar a produção da castanha do Waiwai, também vai gerar emprego no Estado. A partir do momento em que passarmos a gerar recursos no Município vamos estar garantindo emprego lá. Já estamos em parceria com outras instituições como: EMBRAPA, FUNAI, CONAB e SEBRAE. Mas, como é que nós vamos fazer, como vamos agregar valor, se não investirmos na produção? Apesar da produção ser grande nós não temos dinheiro para construir galpão, pois quando se fecha contrato com a empresa, será necessária a estrutura, e para ter estrutura vai precisar de recurso, e isso a comunidade não tem. Não queremos ficar só na produção de castanha, queremos também explorar outros recursos, como o óleo da andiroba, que é um óleo medicinal, e outros produtos, como a bacaba, o açaí. Não tem outra saída, ninguém vai derrubar mata para poder criar gado. É uma comunidade indígena. Eu represento sete comunidades indígenas: o Anauá, Cobra, Soma, Catuau, Samaúma, Jatapuzinho e Macará. E essas comunidades são muito distantes. A dificuldade é imensa para poder deixar a produção num ponto, onde a pessoa chegar para transportar até a sua empresa. Nesse caso o recurso fica muito difícil. O gasto é muito grande, porque o acesso é somente de barco.

Então, nós queremos melhorar para também fazer um beneficiamento para que possamos entregar a merenda escolar nas comunidades indígenas. E até para vender para o próprio Estado para que o Governo forneça alimento de boa qualidade para as escolas. Hoje nós sabemos que a merenda escolar da maioria das escolas é feita com conservantes. Não é muito bom para as populações indígenas que têm um costume diferente, que consomem produto natural como a banana, o açaí. Se você fornece produto com química a saúde da população indígena vai piorar, e haverá mais gasto e lotando os Hospitais daquela região. Se as crianças adoecerem vamos ter gastos com remédios. Agora, se você produzir alimentos com qualidade orgânica sem agrotóxicos, estará cuidando da alimentação da população indígena. Então, era isso, eu agradeço à Mesa Diretora desta Casa, aos Deputados e os parentes que estão aqui. Muito obrigado.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Para falar sobre Etno Turismo, chamamos Telma Marques, índia Taurepang da comunidade da Mangueira, do município de Amajari, Secretária Geral

do Movimento das Mulheres Indígenas de Roraima.

A Senhora Telma Marques - Índia Taurepang da comunidade da Mangueira, do município de Amajari, Secretária Geral do Movimento das Mulheres Indígenas de Roraima – Bom-dia, Senhoras e senhores, antes de começar minha fala tenho que lamentar o fato de estar falando somente a esses Deputados que estão aqui, será que só eles têm o compromisso com nós indígenas? E os demais Deputados? A Casa é composta por 24 Deputados Estaduais, que vemos esses Deputados em nossas comunidades em época de eleição.

Agradeço o convite feito pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, Senhor Francisco Guerra, e quem o está representando que lhe transmita meus agradecimentos. Mesmo sabendo que nós povos indígenas já fazemos parte da construção deste Estado desde o início de sua instalação e da Nação brasileira, e não como para nos inserir, mas como nos adequar às políticas públicas voltadas a nós povos indígenas, sem burocracia, justa, legítima e sem promiscuidade. Só assim não teremos impacto na nossa sociedade, pois o que nós queremos é que aconteça um etno turismo. Turismo que no futuro não venha destruir o nosso meio ambiente e a nós, povos indígenas, nem acabar com a nossa biodiversidade, coisas que há séculos os nossos ancestrais têm defendido com suor e sangue, para que tudo isso que hoje está se construindo todos sejam contemplados.

Roraima não tem nenhuma atividade turística voltada para a questão indígena, sabendo que as comunidades têm um potencial muito grande para o turismo, apesar das terras indígenas Raposa/Serra do São Marcos terem o plano de etno desenvolvimento que precisa ser implementada conforme o desejo das comunidades. Cabe ao Estado Brasileiro e seus entes federados apoiar política financeira para o turismo do nosso Estado de Roraima onde estaremos inseridos como povos indígenas.

Meu obrigada a todos, meu cordial bom-dia.

A Senhora Presidente, em exercício Deputada (Aurelina Medeiros) – Gostaria de dizer à Senhora Telma que a gente vai transmitir o recado ao deputado Chico Guerra, informamos que ele e o Deputado Jalser faziam parte da Mesa, mas tiveram que ir à audiência com o Governador, e que os 24 Deputados se dividem em várias atividades, uma hora estão em comissão, outra hora em outros grupos, quero dizer que nós nos reveamos. Então, se escuta muito: “ah!, o Deputado não estava no gabinete”, porque esse trabalho aqui é constante, em todas as comissões, com grupos de educação, saúde, segurança, e assim os Deputados vão se revertendo nesse sentido. Mas o que está sendo dito aqui é gravada, depois distribuído para todos os Deputados, para que todos tenham acesso às informações.

Chamamos agora para falar sobre a educação, Rivaniildo Cadete Fideres – vice-Coordenador da OPI, representando a organização dos professores indígenas.

O Senhor vice-Coordenador da OPI Rivaniildo Cadete Fideres – Em nome do Deputado Flamarion Portela, saúdo a todos os presentes e também o Presidente desta Casa, na pessoa do Senhor Deputado Chico Guerra.

Parabenizo esta iniciativa, porque é a partir deste momento, ouvindo a população indígenas, é que vocês Deputado tomem o direcionamento para que nós sejamos atendidos nas nossas necessidades. Então, falar sobre a população indígena de Roraima é muito fácil, agora, ver e vivenciar as questões e solucioná-las é muito difícil.

Quanto a algumas situações de escolas, apresento para vocês a questão da educação no nosso Estado. Temos 238 escolas indígenas no nosso Estado que se dividem em 12 regiões, cada uma diferente da outra.

São 42 escolas com ensino médio, totalizando 11.302 alunos; temos 1524 professores, desse total, 606 são efetivos.

Então, Senhores Deputados, nós temos uma dificuldade muito grande com as condições de nossas escolas, cuja construção e reforma queremos. Queremos concurso diferenciado e específico para a população indígena. Específica e diferenciada por quê? Muitos podem pensar que o índio não tem capacidade de concorrer com outros candidatos, não é por isso, Deputados, é porque muitas vezes o não índio não tem hábitos que nós temos, e sendo ele concursado não vai se adaptar dentro da nossa realidade, ficando assim aquela vaga lá dentro da comunidade a ser preenchida.

Queremos também que a merenda seja regionalizada. Vou citar um exemplo bem claro, sobre os nossos alunos indígenas que não são acostumados com almôndega que é colocado para nós de forma garganta a baixo.

Queremos também a viabilidade para produção e impressão de

materiais didáticos específicos para os nossos alunos, do pré ao ensino médio, solicitamos também o plano de carreira do magistério indígena.

Gostaria de ilustrar com fotos a atual situação de escolas, indígenas do nosso Estado, e convido a todos os Deputados para uma visita às nossas comunidades, cujas escolas são construídas com recursos da própria comunidade, também temos escolas bonitas.

Sou Tuxaua da comunidade indígena Canaanir, próximo ao município de Cantá; sou vice-coordenador da Organização dos professores indígenas do Estado de Roraima; também membro da comissão nacional de educação indígena. Encerro, dizendo: “Sou quem eu sou, mas posso ser quem você é, sem deixar de ser quem eu sou”. Meu muito obrigado.

A Senhora Presidente, em exercício Deputada (Aurelina Medeiros) – Chamamos agora o Senhor Genival Morais, índio macuxi, Coordenador Geral da Associação dos povos indígenas das terras São Marcos, que falará sobre a visão política, com o tema: Convivência Política nas Terras Indígenas de Roraima.

O Senhor Genival Morais – Coordenador-Geral da APITSM – Bom-dia a todos. Meu nome é Genival Morais, sou Coordenador-Geral da APITSM. Agradeço, em primeiro momento, ao nosso supremo criador, agradeço o convite para a presente oportunidade e saúdo, em nome do Senhor Deputado Chico Guerra, Presidente da Assembleia Legislativa a Casa do povo, os Senhores Deputados e Deputadas Estaduais, também o nosso Secretário, Hipérion; Secretário de Agricultura, Rodolfo; nosso representante indígena do município de Boa Vista, Tadeu; nosso General Jaborandi a quem ficamos muito agradecidos pelas ações do Exército nas terras indígenas São Marcos; representante da FUNAI, nosso coordenador geral do CIR, Mário Nicácio; e demais representantes das organizações indígenas, parceiros, companheiros e demais lideranças que neste momento se fazem presentes.

Bom-dia a todas as Senhoras e aos Senhores que participam deste momento. Venho, por meio da Organização APITSM Associação dos Povos Indígenas da Terra São Marcos que a represento, e em nome do meu povo indígena da Terra Indígena São Marcos, expressar os nossos sentimentos e anseios aos nossos representantes do Poder Legislativo e aos demais que neste momento se fazem presentes. A vida indígena convivida nas terras indígenas passa a conviver com um novo cenário político com distorções metodológicas, cujos objetivos ainda são complexos e incertos quanto à definição de um novo rumo certo que queremos. As políticas públicas não são objetivas para sustentar a vontade de um povo que quer crescer para garantir o seu futuro e contribuir com o desenvolvimento do seu Estado. Não sabemos com clareza se é o povo que não sabe cobrar ou são os representantes públicos ou gestores públicos que não sabem fazer, ou se há ociosidade mental no processamento alternativo que possa apresentar soluções claras, objetivas para erradicação das dificuldades que ainda pairam sobre as terras indígenas. Em muitas comunidades falta melhoramento das estradas e vicinais de acesso, escolas, posto de saúde, energia, transportes e apoio na agricultura e pecuária que favoreça a melhoria de vida dessa população. Por conta dessas dificuldades, muitas comunidades continuam isoladas e com difícil acesso durante boa parte do ano e convivendo com descasos por muito tempo. Quando isso acontece, todas as assistências sociais ficam prejudicadas, deixando a população indígena sem atenção básica da saúde, educação e complementos alimentares. Falando de alimento, já não é possível fazer vista grossa para os nossos imensos lavrados altamente produtivos, quando corrigidos, onde está comprovado o seu importante teor na produção de alimentos, onde não se desmata e nem se empobrece, mas ao contrário, se enriquece os solos tornando produtivos, gerando renda e oportunidade de trabalho. Enquanto temos jovens que atualmente precisam de oportunidades de trabalho, muitos convivem com drogas e bebidas alcoólicas deixando-os sem rumo certo a seguir, tendo como única alternativa vir para Boa Vista tentar um trabalho que muitas vezes termina em consequências trágicas. Queremos, Senhores Deputados, igualdade de tratamento e oportunidade para o nosso povo. Que o nosso Estado de Roraima esteja comprometido com o seu povo seja índio, negro, branco, amarelo, mestiço, enfim, com todos os segmentos que fazem essa Constituição para o povo roraimense e roraimados. Somos cidadãos brasileiros, temos títulos eleitorais e contribuimos com eleição dos nossos vereadores, prefeitos, deputados estaduais, federais, senadores, governador e presidente. Acredito, Senhores Deputados, que esta Casa deveria, inclusive, ter por obrigação ajudar a eleger representantes indígenas, que não se sintam ameaçados, mas incluídos e valorizados, pois esta terra é terra

de makunaima e seus filhos e netos que estão sofrendo diante das promessas políticas de ajuda na melhoria de vida que não se concretizam. Pois é preciso a participação de todos para garantir um futuro melhor. Quando pensamos em um modelo de desenvolvimento para nossas comunidades indígenas, não excluímos a sociedade não índia do nosso plano de desenvolvimento. Quando traçamos um plano de implantação de lavouras convencionais ou irrigadas, por exemplo, nos tornamos clientes de várias lojas de não índios na capital, gerando lucro para os empresários desses segmentos que geram emprego para as pessoas que vivem na cidade. Temos transporte e maquinários próprios e utilizamos as mais variadas manutenções de oficinas e alto consumo de combustível, proporcionando lucro para os empresários desses segmentos. Temos consumido muitas confecções em várias lojas gerando lucro para os empresários desse setor, compramos aparelhos eletrônicos, móveis, tendo como campeão de consumo o alimento básico: açúcar, café, sal, farinha, feijão, arroz, óleo, refrigerantes e outros como materiais de limpeza, ou seja, somos um consumidor em potencial que contribui com o crescimento econômico do nosso Estado. Somos produtores de melancia, de macaxeira, de bovinos, pequenos animais e outros que fazem parte da nossa produção tradicional, contribuindo com o crescimento econômico do nosso Estado. E quando participamos de um crescimento econômico do Estado, também precisamos ser assistidos pelas políticas públicas de forma respeitosa e comprometida. Basta tamanha dificuldades que hoje os indígenas ainda enfrentam para viverem em suas terras. As Secretarias de Estado, dos municípios e órgãos federais deveriam estar mais empenhados em desenvolverem modelos viáveis, práticos, de inclusão social e desenvolvimento sustentável, mas de forma participativa, onde tivéssemos oportunidades de contribuir com informações específicas de cada povo, observando suas culturas e tradições. Quero ressaltar que se pensou um modelo nessa dimensão que resultou no programa territorial da cidadania da Casa Civil da presidência da República, mas que infelizmente não saiu do papel. Faltaram atores práticos, operacionais com disponibilização de recursos, no entanto só houve discussão, papel e burocracia. Nosso dinheiro será jogado fora se não houver aplicação nesse plano, até pensamos que os representantes públicos que recebem diárias para participarem das discussões vejam como mercado de oportunidade financeiro, ou seja, quanto mais tempo levar nas discussões mais diárias eles têm para receber. Por isso não se conclui e nem começam a implantar projetos de desenvolvimento com oportunidade de melhoria de vida para as comunidades indígenas, todos fracassaram, pois sabemos que nenhum projeto, que foi implantado sem ter observado esses critérios, obteve êxito. Todos fracassaram, não tiveram sustentação para dar continuidade do segmento porque não houve esse planejamento participativo com as comunidades. No entanto, a força desse compromisso consiste em envolver os segmentos empresariais e governamentais com objetivo de proporcionar melhor aproveitamento e valorização dos recursos que temos para gerar emprego e renda, respeitando autonomia de todos os segmentos e povos e tornar participativo o desenvolvimento do nosso Estado. A palavra chave é “incluir e envolver para juntos crescermos”.

Temos potenciais turísticos para serem explorados, que precisam de apoio e orientação de implantação, pois nosso povo apoia essa iniciativa, temos produção de rebanhos bovinos que está sendo um novo modelo de gestão e manejo com foco no aproveitamento de espaço, produção e melhoramento genético. Temos ricas e bastantes áreas para serem trabalhadas com piscicultura, inclusive, já temos alguns investimentos feitos nas comunidades, temos artesanatos que precisam de apoio para melhorar a produção e comercialização. Temos danças e cânticos tradicionais que precisam ser valorizados, mas para efetivarmos esses planos temos que seguir alguns princípios básicos, que é fortalecer as organizações indígenas, que os investimentos cheguem às comunidades indígenas por meio de suas organizações que representam, seja de iniciativa privada ou governamental, pois investimento direto nas comunidades gera problemas entre outras comunidades. Não temos propriedades particulares, temos uma terra com área única para todos conviverem e trabalharem. E aí entra a participação organizacional que envolve todos os seus membros, e que têm o papel fundamental de consultar, informar e executar de forma participativa. Porém, muitas organizações indígenas enfrentam dificuldades financeiras por conta das inadimplências, por isso vejo que deveriam apresentar projetos de lei que isentassem as instituições civis organizadas sem fins lucrativos dos processos de inadimplências, e que os recursos financeiros em

forma de projetos da esfera governamental e da sociedade mista fossem repassados de forma diferenciada na modalidade doativa, tendo apenas atestado de recebimento como ato comprobatório na prestação de conta junto aos financiadores, e fosse prestada conta junto aos seus membros sócios. Enfim, podendo as instituições financiadoras sim receber relatórios de acompanhamento, mas sem poder de veto à credibilidade da instituição, considerando que falta recurso financeiro nas instituições para pagamento de assessores técnicos que possam auxiliar nos processos burocráticos administrativos para elaboração dos projetos e prestação de conta, e são únicas instituições que têm legitimidade e credibilidade para representar seu povo. E sem contar que são poucos os técnicos que conseguem a tempo elaborar projetos atendendo as exigências dos editais divulgados. Parece até que eles querem que adivinhemos os pensamentos deles, ou simplesmente divulgam para não atender, fazendo de conta que estão fazendo alguma coisa pela sociedade, porque não apresentam projetos pré-elaborados de acordo com as normas técnicas que desconhecemos, ficam desgastando as instituições que já não têm recursos e sem garantir se vai ou não ser aprovado. Chega de discriminação, quanto mais entendidos ficamos mais sofisticada fica a discriminação, apresentam propostas boas e bonitas de se vê e ouvir, mas inexequíveis na sua aplicação, já pensado para essa proporcionalidade, fazendo o povo perambular no deserto das ideologias fragmentadas, por isso reconhecemos a nossa originalidade como povo e lutamos pela ordem e progresso das nossas terras e do nosso querido Brasil.

Esses são os desafios enfrentados pelos povos indígenas.

Diante do exposto, Senhores Deputados, Senhor Presidente, queremos reconhecimento de legitimidade dos povos indígenas como parte integrante do processo de desenvolvimento do nosso Estado de Roraima. Obrigado, que Deus abençoe a todos.

A Senhora Presidente em exercício, Deputada (Aurelina Medeiros) – Chamamos para fazer uso da palavra Mário Nicácio Wapixana, da comunidade do Pium – Serra da Lua, Coordenador-Geral do Conselho Indígena de Roraima.

O Senhor Coordenador Geral do Conselho Indígena de Roraima, Mário Nicácio Wapixana – Bom-dia a todos, pergunta a Presidente se há quorum, porque no início da reunião foi feita a verificação para ver se haveria quorum para abertura dos trabalhos, pois estou vem apenas 04 Deputados...

A Senhora Presidente em exercício, Deputada (Aurelina Medeiros) – Nas Sessões ordinárias, sim. Nas audiências Públicas, não.

O Senhor Coordenador Geral do Conselho Indígena de Roraima Mário Nicácio Wapixana – E qual seria o procedimento?

A Senhora Presidente em exercício, Deputada (Aurelina Medeiros) – Aqui o quorum é com relação às Sessões Ordinárias, com relação às Audiências Públicas é um evento aberto, onde a participação é da comunidade e das pessoas que aqui estão, e o grupo de Deputados que pode ouvir, não exige quorum para as Audiências, que atende a comunidade.

O Senhor Coordenador Geral do Conselho Indígena de Roraima, Mário Nicácio Wapixana – O Conselho Indígena repudia esse ato perante a Defensoria Pública do Estado e aqui não vou entrar no mérito do protocolo da minha fala, o CIR vai se retirar neste momento devido a essa falta de respeito com as comunidades indígenas, porque são 22 presentes no painel, e neste momento o CIR está se retirando desta plenária no sentido de repudiar este ato com as comunidades indígenas...

A Senhora Presidente em exercício, Deputada (Aurelina Medeiros) – Gostaria apenas de dizer, não sei se as comunidades não tem esse conhecimento, mas a Audiência Pública é feita para as pessoas que solicitam essas audiências, é aberto o espaço na Assembleia para que eles coloquem suas visões, seus interesses, suas reivindicações. Então, é diferente de um ato normal da Assembleia que cede o espaço mediante da solicitação das comunidades interessadas, seja indígenas ou não, é este o procedimento de todas as audiências públicas.

Então, a audiência pública é um evento solicitando pela comunidade, e isso é transmitido a todos os Deputados que não estão presentes.

O Senhor Deputado Dhiego Coelho – Pede pela ordem – Quero fazer um registro que toda bancada de oposição, com exceção dos Deputados Mecias de Jesus e Sargento Damosiel que não se encontram, que estão a trabalho desta Casa, mas os demais Deputados Brito Bezerra, Soldado Sampaio, Dhiego Colho, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio encontram-se presentes na sessão e esta Sessão não foi cedido para os convidados, os Deputados têm que

estar presentes para debater junto com as comunidades indígenas nos interesses deles. Somos representantes do povo do estado de Roraima, somos representantes de todos os povos indígenas, também repudio essa situação, é uma falta de respeito, é uma falta com o plenário, com todos os convidados, e com as autoridades aqui presentes que foram convidadas também para debater esse assunto.

Isso aqui é de extrema importância e que todos os parlamentares têm que estar presentes para que seja debatido de forma correta. Obrigado.

A Senhora Presidente em exercício, Deputada (Aurelina Medeiros) – Obrigada, Deputado, mas não é o momento porque já houve outras comissões iguais a esta e que o senhor ou parte da oposição não participou, tanto, não é o caso do palanque neste momento. Trata-se de atividade da Assembleia independente de posição partidária oposição ou situação. Deputado de oposição ou situação é responsável pelos votos que obteve e pelo trabalho da mesma forma.

Gostaria de consultar as comunidades se a gente prossegue ou encerra, mediante e aí eu reputo a falta de consideração do CIR que foi ele que solicitou o evento, se a gente encerra esta sessão? Gostaria que alguém se manifestasse porque o próximo passo é a palavra franqueada aos Senhores Deputados e em seguida às autoridades.

Gostaria que alguém que solicitou esta audiência que se manifestasse, se a gente continua mediante a saída do CIR ou se encerramos aqui?

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Presidente, é preciso que a gente tenha consciência quando estamos num debate tão importante como este. Estou desde o início da sessão, a saída que eu fiz foi para fazer despacho das Comissões de Saúde, de Educação e algumas entrevistas sobre o tema que está sendo abordado.

Primeiro, é lamentável porque houve uma falta de respeito muito grande do CIR com as pessoas e com as autoridades que aqui estão presentes, eu como parlamentar estou presente, como está presente aqui o Ministério Público, o Exército, através do seu comandante-geral no nosso Estado, como o IBAMA, os Secretários de Estado. Então, o CIR quando faz uma crítica ao parlamento, esquece que tem outros órgãos aqui representados pelos seus chefes. Isso é uma falta de respeito para com todos que se fazem presentes, e não estou fazendo demagogia, porque este não é o momento de um parlamentar fazer demagogia para a opinião pública e para a mídia. Aqui está se tratando de assuntos importantes, problemas de educação, de saúde, caso de beri-beri lá no norte do nosso Estado que é uma realidade, que é a desnutrição das crianças. E eu permaneço até este momento aqui porque ia esperar a oportunidade de colocar aquilo que compete às Comissões de Educação, de Saúde desta Assembleia.

O Senhor Deputado Jalser Renier – Bom, Presidente, a minha opinião não é um segmento da sociedade que pode ter uma opinião divergente de uma proposta que o Poder Legislativo apresenta à sociedade, visando buscar alternativas para os povos indígenas, é que vai diminuir o tamanho do trabalho desta Casa. A Assembleia Legislativa cumpre com o seu papel, com sua obrigação, todos os Deputados desta Casa indistintamente, sem nenhuma exceção, têm a sua obrigação constitucional e o seu dever de zelar como representantes da população. Agora, o que não podemos fazer é impedir que o trabalho continue, por conta de um segmento isolado. Nós sabemos e entendemos a posição divergente, sabemos da dificuldade enfrentada pelos povos indígenas, mas não é com radicalismo que vamos resolver esse problema. Isso é um problema que já vem do governo federal. É um problema que o Governo Federal nos deu de presente. Estamos aqui diante de um a situação que muitas vezes o próprio Poder Legislativo se vê numa situação de ser impedido de fazer algumas ações.

As ações franciscanas que nós fazemos é para cumprir a nossa parte, dizer à sociedade que não estamos com as costas viradas ao problema, estamos enfrentando os problemas existentes.

Então, quero aqui dizer que a nossa intenção é a melhor possível, e pedir desculpas às autoridades presentes, eu e o Deputado Chico Guerra tivemos que nos ausentar por alguns instantes porque tivemos que ir até o Senhor Governador para tratar também de assuntos de projetos que vão entrar na pauta desta Casa nesta semana. Mas quero dizer que a nossa intenção não é tão somente levar ao conhecimento das pessoas e pedir desculpas a todos os membros desta Mesa que tão grandiosamente colaboram com o nosso evento o que eu quero dizer é que uma atitude isolada não vai desencorajar, tampouco apresentar ou inibir o trabalho que estamos apresentando, é a minha opinião, Senhor Presidente.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço - Também quero me

juntar ao depoimento do Deputado Joaquim, há presença de autoridades nesta Casa, infelizmente o CIR usou de deselegância com as autoridades que aqui vieram para participar e colocar suas posições, mas entendo que devemos continuar o nosso debate nas questões de suma importância para o desenvolvimento deste Estado, penso que não devemos suspender, pois é este o nosso dever. Obrigado

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores autoridades presentes que compõem a Mesa, quero cumprimentar também as lideranças indígenas que se fazem presentes e dizer que o nosso conhecimento com relação aos povos indígenas, sabemos muito mais, falo por mim, através de jornais, meios de comunicação, não temos essa presença efetiva junto às comunidades indígenas, para isso recebi um convite para participar de um evento nas comunidades indígenas, uma Assembleia na comunidade do Tamanduá, o líder Júlio Macuxi e outros me convidaram, está aqui o documento, participei dessa assembleia nos dias 28, 29 e 30, quando ouvi, Senhor Presidente, todas as lideranças que se reuniram, através daquela assembleia, as suas demandas. E logo em seguida, Doutor Fábio, procurei o Presidente da Casa. Fui um dos que tiveram a iniciativa de provocar esta audiência pública para ouvirmos esses povos, principalmente pela ausência efetiva do Estado. O estado que eu me refiro é a União, os Poderes Públicos Estadual e Municipal referente às políticas públicas essenciais para aquelas comunidades. Passamos, Deputado Joaquim, do programa de saúde grave, colocado por Vossa Excelência, em beri-beri, causado pelo alcoolismo, desnutrição, que aquelas comunidades enfrentam, como também pela falta de educação, do transporte escolar, de professores efetivos, a falta de funcionamento com perenidade das escolas, é fato, e mais triste ainda as Estradas vicinais daquelas comunidades.

Na oportunidade em que visitei as comunidades, meu pai em visita a Roraima, foi comigo, e ele resumiu as estradas das comunidades indígenas General como “verdadeiro atestado de pobreza”. Esse atestado de pobreza não é culpa dos indígenas, mas do Poder Público em permitir que aquelas estradas, aquelas vicinais cheguem à intrafegabilidade, é fato, está lá, basta qualquer um de nós, verificar a situação a qualquer momento. Fiquei preocupado, observei algumas iniciativas, louváveis como foi colocado aqui pelas lideranças. Sobre a criação do gado, da forma respeitada conforme a cultura deles, o turismo a ser explorado da forma como eles têm a oferecer para toda sociedade brasileira, e outras iniciativas louváveis por parte deles. Então, é preciso realmente que nós nos debruçamos, como autoridades, enquanto poder público, não podemos virar as costas para essas comunidades. Temos ouvido bastante, Secretário Rodolfo, que a União demarcou, mas agora passa a ser problema da União, e não é assim. Os povos indígenas continuam pagando o ICMS, quem tem veículos continua pagando IPVA, tributos estaduais e municipais. Então, é um problema de todos, os três entes governamentais Município, Estado e União. Precisamos ter coragem para fazer esse enfrentamento, isso resulta no aumento da violência na periferia da nossa cidade, aumento de pessoas desempregadas, tanto na capital quanto no interior. Temos percebido, o próprio IBEGE relata que, cada vez mais, essas pessoas necessitadas são de origem indígena e migraram das comunidades para as periferias da nossa cidade, e chegam aqui sem qualificação profissional devida para se inserir no mercado de trabalho, muitos deles não tem estudo necessário e terminam se somando aos da situação de abandono, vivendo na nossa periferia. Então, é um problema nosso, é um problema que tem que ser enfrentado de frente.

Tenho visto, General, inclusive, passei no pelotão do Uiramutã, onde contatei boas iniciativas por parte do exército, como relatou um sargento que estava lá no comando da guarda: “Soldado Sampaio, nós chegamos a abrir mão da rigorosa disciplina militar para envolver os jovens indígenas como projeto inclusão”. Agora, isso tem que se dar em outras frentes: a educação, saúde, segurança, agricultura está aí o problema. Não tenho, Secretário Leocádio, a solução, até porque desconheço, não tenho a militância tão ativa nas demandas dos povos indígenas. Identifiquei essas problemáticas, vi pessoas pedindo socorro. Resta, agora, procurar o nosso Presidente juntamente com o Júlio para promover audiência pública para ouvir, e destacar as melhores ideias dos Senhores que conhecem de perto a situação nas comunidades indígenas, e assim tirar aquelas pessoas de uma situação de miséria. Muitos povos indígenas estão em situação de miséria, em completo abandono. E o que é pior, ainda enfrentam o choque entre a cultura indígena e a nossa cultura capitalista, moderna. Percebo claramente esse dilema muito forte entre os povos indígenas. Isso, enquanto

policial General, já vi ao fazer o policiamento, muito suicídio de jovens indígenas e ao conversar com a família, Doutor Stélio, constatamos exatamente o choque de cultura porque não há uma orientação, políticas públicas em favor desses povos. Naquela oportunidade, falei às lideranças que é preciso que elas aprendam a votar, é inadmissível que 50 mil índios no nosso Estado não tenham um representante nesta Casa que defenda legitimamente os interesses desses povos, sem um Deputado Federal, fica ausente nessa discussão. O que é pior, meu Presidente o que temos ouvido de lideranças indígenas, inclusive, lideranças que vieram ao TRE devolver dinheiro político que foram lá dentro comprar votos, de políticos que desceram de helicóptero com malas de dinheiro para fechar maloca por completo com compra de votos. Todos nós temos conhecimento dessas denúncias, inclusive, muitas delas registradas no TRE. Cabe sim às lideranças indígenas fazer uma boa orientação para 2012, 2014, para as próximas eleições, para que eles possam ter vez e voz e participação efetiva no espaço do poder público nesta Casa, na Câmara Federal, em outro órgão do qual for eleito através do voto.

Era essa a minha observação, Senhor Presidente, não tenho uma solução, mas diante da problemática, estou disposto a ajudar construir.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio - Senhor Presidente, cumprimento as autoridades que compõem a Mesa, representando diversos órgãos públicos do nosso Estado. E sobre muitas dessas questões, faça uma reflexão, concordando com o posicionamento do Deputado Sampaio, Deputado Joaquim e Deputado Jalser, talvez esse sentimento antagonico em relação às comunidades indígenas do nosso Estado tenha surgido em função da demarcação das terras indígenas, que era e é um direito legítimo deles. Nós mesmos, enquanto representantes políticos cuidamos que houvesse uma certa rejeição e os colocamos eles como sendo inferiores, o que acabou sendo um erro, temos que inserir as comunidades indígenas dentro do processo de desenvolvimento do Estado. Daí os parabéns à atitude da Mesa Diretora em chamar para Audiência Pública, e é necessário haver outras audiências públicas, para discutir outros problemas, problemas urgentes, inclusive, como os das escolas nas comunidades indígenas, também valorização desses professores, do ensino da língua deles, questão da saúde nas comunidades indígenas, principalmente, em se criar alternativas de desenvolvimento para essas comunidades que não venham para a capital, onde já existem com sérios problemas, inchando cada vez mais a periferia, contaminada pela violência, prostituição, consumo de drogas, e demais tipos de problemática. Não podemos nos furtar a esse debate, temos que realizá-los mensalmente. São mais de 50 mil pessoas neste Estado que compõem comunidades das diversas etnias. Portanto, acho que a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, como um todo, está de parabéns, na proposta de envolver os nossos irmãos indígenas nesse debate para encontrar formas na superação dos entraves. E nós representantes populares do poder público, pensarmos nas questões dos investimentos, qualidades desses investimentos, e buscar saber o que eles querem, o que eles pleiteiam para que nós possamos ajudá-los, sem mantermos a separação que durante muito tempo ocorreu em função dessas demarcações, não temos como continuar dessa maneira. Portanto, parabenizo a Casa neste aspecto, e o fato de o CIR ter se retirado dessa primeira discussão é até compreensível, mas se os convidarmos outra vez, com certeza, estarão presentes. Continuemos, pois, essa discussão que é interesse recíproco do Estado e deles. Obrigado.

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Senhor Presidente, Senhores Deputados, autoridades.

Eu gostaria de manifestar-me ainda em relação à recente atitude, que, a meu ver é intempestiva, não diria que é do CIR, mas de um representante muito jovem, um pouco inconsequente, porque Assembleia atendeu à solicitação, tanto que suspendeu a Sessão Ordinária, para a qual, tínhamos pauta e matéria para discutir, para atender esse reclame por julgá-lo de alta relevância, isto é situação pela qual passam as comunidades indígenas. Então, dentro dessa ótica, acho que não cabe, também, aos meus colegas dizer que a oposição está e a situação não. É nessa hora que temos que ser Assembleia Legislativa, Poder Legislativo, evidente, que sou um que não concordo com afastamento intempestivo dos Deputados, mas, entendo, como Deputado, que há momentos em que um ou outro parlamentar precisa se afastar, como exemplo, no caso do Presidente Chico Guerra e Deputado Jalser Renier. Aí cada um tem que ser responsável pelos seus atos. Mas, quero me ater a uma coisa, mesmo com o afastamento do CIR, nem tudo fica perdido, todos os pronunciamentos aqui proferidos

são importantes, cada um deu sua contribuição nas diferentes áreas, representantes de diversos setores: na saúde, educação, agricultura, estradas, enfim, o que acho que precisamos fazer a partir daí, acionar em nível tanto do município, inicialmente, Governo do Estado e Governo Federal, uns têm mais responsabilidade que o outro, e até mais culpa que o outro dessas três entidades, por exemplo: o Governo Federal a meu ver cometeu um erro, e um erro clássico, quando efetivou homologação da forma que homologou, sem ter previsto algumas alternativas imediatas para atender a situação de isolamento que o próprio ato colocou as comunidades indígenas. Esta Casa realizou na legislatura passada, não lembro se foi 2009 ou 2010, uma Sessão Itinerante através da qual se observa o desespero das comunidades, das lideranças, diante da situação de miséria, chegaram a nos pedir: Deputado, pelo menos dez reais, para poder levar alguma coisinha para casa. Essa é uma situação altamente grave, eu diria que do Governo Federal só tem presença ativa manifestada por aqueles que realmente que encaram as situações com patriotismo, no caso as forças armadas, através do exército no Uiramutã, enquanto as demais, cada um dos setores, saúde, educação, está devendo uma parcela de envolvimento por parte do Governo Federal no processo. O Governo do Estado não está omissivo, ele tem feito o que sempre fez, atende as comunidades indígenas, dentro das limitações dentro do que o próprio Estado dispõe, lá estão as escolas, os professores, com deficiência? Sim, deficiência também existe nas áreas não indígenas nesse setor. Saúde, a mesma coisa; na agricultura, também, tem prestado apoio possível. No momento, é bom citar, como exemplo, que o governo, através da Secretaria de Agricultura, realizou um recente processo aditivo para colocar nas comunidades indígenas os próprios técnicos indígenas para prestar uma assistência técnica diferenciada e específica voltada às comunidades indígenas. É preciso dizer que o próprio ato da homologação da reserva da forma que foi, deixou as comunidades indígenas amordaçadas para fazer cultura clássica ou convencional, ou mesmo com tecnologia. Vejo o projeto dos meus colegas Deputados Chico Guerra e Jalser, que vai ter dificuldade se ele for implementado imediatamente, não vão ser realizadas muitas das ações aqui previstas, porque as comunidades indígenas não têm ainda esse poder de desenvolver agricultura desse porte. Então, tudo isso, é só para tentar colocar não só para as comunidades que aqui vieram e autoridades, que são necessária medidas urgentes, mas que o governo federal tem o papel norteador preponderante nessa história, da mesma maneira, e em menor nível, o Estado, em menor ainda, os municípios e todos nós que aqui vivemos. Sabemos da situação de penúria dos nossos municípios interiorano que ainda não arrecadam, têm limitações enormes, toda vez que o Governo Federal resolve atacar um problema na economia e que usa o IPI como instrumento, isentando esse tributo, ele deixa todos os 15 municípios de pires não mão, e o Estado também diminui o fundo de participação dos municípios e o fundo de participação do Estado, porque o IPI é o grande componente desse fundo. São situações complexas que precisam realmente ser atacadas de perto, não é uma questão tão simples. Acho que o momento é de somarmos esforços por parte dos que possam dar uma contribuição no sentido de sensibilizar as nossas autoridades executivas e até legislativa para que aperfeiçoar a legislação, visando favorecer as comunidades. Não depende desta Casa, mas depende do Congresso Nacional conceder maior autonomia para que as comunidades possam praticar, por exemplo, a agricultura, a pecuária, o turismo, o extrativismo, etc. Da mesma forma que é facultado aos demais segmentos da sociedade. Esta é a contribuição que eu queria deixar. Obrigado.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – O General precisa se ausentar, para atender outro compromisso, ao meio-dia e meia. Portanto, os nossos agradecimentos ao General, em nome da Comunidade Indígena aqui presente e em nome deste poder. Esperamos poder sempre contar com a sua presença nesta Casa. Nos sentimos orgulhosos com a presença de Vossa Excelência nesta Casa. Entendemos que, diante da exposição pela Comunidade Indígena, sem dúvida, irá aumentar o conhecimento de Vossa Excelência com relação às questões indígenas do Estado de Roraima. Com a palavra o Senhor Deputado Flamarion Portela, depois, a Deputada Aurelina.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, peço vênias aos convidados para cumprimentá-los em nome do Senhor Fábio Stica e Nilva Baraúna. Da mesma forma, peço permissão a todas as lideranças indígenas aqui presentes, para cumprimentá-los em nome da Telma Marques e do Professor Rivaniildo. Sejam todos bem-vindos.

Deputado Guerra, Vossa Excelência e os nobres colegas já

devem ter ouvido de mim muitas vezes o que eu vou dizer novamente. Primeiro, no sentido de louvar o Poder Legislativo em abrir as suas portas para ouvir e debater com as comunidades os seus problemas. E digo que tudo aquilo que incomoda a sociedade deve incomodar o Poder Legislativo. Tudo aquilo que perturba a sociedade, da mesma forma, deve chegar a nossa Casa, que é essencialmente a caixa de ressonância da sociedade. E todos nós sabemos que os problemas indígenas são problemas antigos, mas paulatinamente está se criando mais clarevidência no seio dessa comunidade. Que têm oportunidade ao estudo frequentando a faculdade, e assim podem exigir mais os seus direitos. E eu digo aqui para eles também que o parlamento tem três nobres e sublimes missões. Ou seja, um dos papéis, um dos pilares fundamentais do Poder Legislativo é legislar, elaborar boas leis. Outro pilar é fiscalizar o Poder Executivo, principalmente na aplicabilidade dos recursos públicos. O próprio Poder Legislativo aprova e determina, dá atribuição ao Poder Executivo para executar as ações com o gasto desse dinheiro. E a terceira é, também, uma relevante missão do Poder Legislativo, Secretário Leocádio, é representar o conjunto da sociedade. Então, toda vez que houve esse tipo de audiência, seja por falhas, sem falhas, boa ou ruim, eu louvo o Poder Legislativo. E, ratifico mais uma vez esse louvor.

Mas, poderia continuar falando coisas bonitas que poderiam soar bem no ouvido de muita gente, mas eu preferia pedir a Vossa Excelência formar agora, uma Comissão Especial, antes de nós entrarmos em recesso, que esse projeto de Vossa Excelência, Deputado Jalser Renier, seja aprovado. Acho que aqui está construída grande resposta para iniciarmos ações concretas e substanciais para começar a chamar ao debate e retornar as ações. Está aqui, tem até o número Projeto de Lei 31/12, faça isso, Senhor Presidente, com certeza todas as comunidades agradecerão. Obrigado.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Senhor Presidente, gostaria de saudar, a Mesa, convidados e participantes desta Audiência Pública. Lamento o posicionamento do CIR até porque ele tolheu o direito de ouvi-los, a gente escuta muito que o CIR está em Brasília, Exterior, mas foi a primeira vez que ele procurou Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, infelizmente não nos deu oportunidade de ouvi-los, teria sido muito bom, apesar, como disse o Deputado Erci, que os Deputados Estaduais não são chamados em Brasília para discutir políticas públicas para os índios do Estado de Roraima. Sabemos que de lá vêm recursos para diferenciar e afastar, isolar as comunidades indígenas do restante das pessoas como se não fossem gente, tanto que a nossa Constituição diz que os índios são tutelados, eles não podem ser proprietários da terra, eles não têm direito a nada. Nós estamos revoltado com isso, quando ouvi o Rivaniildo dizer e ele está certo, e isso dói muito: “sou quem sou, mas posso ser quem você é”. É exatamente assim que a gente pensa. Nós temos índios médicos, professores, já houve Deputado, Prefeito e vai por aí afora, porque nós, seres humanos, aqui do Estado de Roraima, não entendemos o índio como diferente de ninguém. Mas, infelizmente, quem está lá em cima, quem leva para Suíça, Estados Unidos, pensa assim, quer manter essas pessoas como se fossem incapazes de pensar. E não é assim que nós queremos. Eu, por exemplo, quando vejo mostrar uma escola com falta de professor. Nas colônias agrícolas tem escolas caindo aos pedaços. Aí vejo que o Governo Federal manda dinheiro diferenciado para saúde, antes que ninguém ouviu falar dele, mas o índio está morrendo, vai para o hospital geral e hospital da criança. Vejo o projeto dos meus colegas falando em FUNDER e FDI, os índios não têm direito nem de ter crédito. Era isso que tinha a dizer ao CIR, essa briga para dizer que o índio é igual a todo mundo, é que Assembleia Legislativa pode comprar essa briga, ouvindo, fazendo entender que tem escola; por exemplo, o Município do Cantá, se você sair da sede até o final, não tem uma escola que tenha um coordenador pedagógico, queria dizer que neste Estado pequeno, todo mundo é contribuinte de imposto, o Estado vive disso, é esses recursos que faz o Estado se manter. Pode existir deficiência em todos os setores: educação, saúde, segurança, o que não pode ter é ser humano diferente do outro. Não gostaria de ter ouvido aqui, sobre concurso diferenciado, porque ninguém é diferente, todo mundo é gente. Eu ouvi falar aqui, nós queremos direito ao nosso julgamento, queremos que as pessoas que nos prejudicam sejam punidas. Quem tem interesse de manter essas pessoas como massa de manobras, para atender interesses que não sei quais são, com certeza, não é Assembleia Legislativa nem o Estado de Roraima, nem as pessoas que aqui moram, nós pregamos e achamos, felizmente, não queremos que as pessoas saiam falando que vieram na Assembleia, e não fizeram nada. Queria que todos tivessem a capacidade e

discernimento, que o limite do reconhecimento dos índios, como pessoas, não está no Estado de Roraima e nem interessa quem mora no Estado de Roraima. Era o que tinha dizer, muito obrigado.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de cumprimentar toda Mesa, autoridades, comunidades indígenas, enfim, todos que estão aqui presentes.

Senhor Presidente, se ouve muito falar nas políticas afirmativas do governo federal, muito se fala na discriminação positiva que é uma maneira de reconhecer aqueles que, ao longo dos anos, não tiveram as mesmas oportunidades que outros. Eu louvo o Governo Federal no sentido de buscar esse equilíbrio entre os povos, entre todos os brasileiros, e nos tornar iguais no sentido amplo da palavra. Louvo também a iniciativa de Vossa Excelência, em promover nesta Casa Legislativa, debates públicos, que vem engrandecer a nossa sociedade, buscando, também, igualar e dar oportunidade a todos os segmentos. Como representante aqui da Comissão de Indústria e Comércio e Turismo, temos debatido muito a questão do segmento turístico em nosso Estado. Nesta oportunidade vamos ouvir falar sobre o turismo, que as comunidades indígenas buscam espaço para trabalhar o etno turismo, mostrar suas potencialidades, mostrar sua cultura a todos os brasileiros e até as outras nações, para comerciar os seus produtos, artesanatos, e gerar emprego e renda através do etno turismo, comercialização dos produtos confeccionados nas comunidades indígenas, agregando valor Amazônico desses produtos, é uma das maneiras de trazer de volta a dignidade desses povos indígenas. O Braço forte do governo, seja Governo municipal, Estadual ou Federal, e todos os segmentos, a meu ver, tirando os direitos fundamentais, educação, saúde e segurança, óbvio, o próprio governo tem que celebrar, se tem recurso carimbado, esse tem que ser administrado pelo próprio governo, aos demais segmentos deveriam ser dado oportunidade para as pessoas buscarem sua sobrevivência, seu engrandecimento econômico, sua dignidade. Essas comunidades indígenas têm todas essas potencialidades, precisam transformar essas potencialidades em produtos, dar notoriedade, dar-lhes espaço necessário para que gerem sua própria dignidade, que é o contrário como alguns pensam. Essas comunidades têm capacidade de gerar seu desenvolvimento sustentável, criar suas famílias, enfim, ter dignidade como qualquer comunidade indígena ou não. Concordo com o Deputado Flamarion, que o primeiro passo seria aprovar com urgência o Projeto de Lei dos Deputados Chico Guerra e Jalser, que incentiva, financia, implementa e fomenta as atividades de todas as comunidades indígenas do nosso Estado. A partir daí, abrir oportunidade, também, para eles próprios desenvolver suas atividades e gerar sua dignidade, emprego e renda necessários para sua qualidade de vida. Muito obrigado.

O Senhor Presidente Chico Guerra – Vou quebra o protocolo para me pronunciar.

Fiquei triste com a posição do CIR, que perdeu a grande oportunidade que Assembleia está dando a ele, como se fosse uma chave para abrir as portas. O CIR foi protagonista de lutas neste Estado, lutas que custou vidas, derramou sangue de pessoas. Hoje, no entanto, quando se tenta abrir as portas, infelizmente, fomos tratado dessa forma. Mas essa atitude não fará com que a gente pare a nossa luta. E como Deputado, apresentei várias proposições para atender as comunidades indígenas, ouço sempre os que vêm a esta Casa, espero que continue vindo outras comunidades indígenas para que elas possam receber o que lhes é de direito. Esta é sua Casa. Portanto, fica o meu apelo ao CIR, que volte a esta Casa que está pronta para atendê-lo. Na condição de Deputado irei atender como sempre atendi, entendo sua posição, não aceito, uma vez que não somos obrigados a manter Deputados no Plenário nesse tipo de ação, quem vem são os convidados que vão ser debatedores com vocês dos problemas existentes. Também se a comunidade indígena gritar, aqui, ela é ouvida pela nossa sociedade. Portanto, estamos aqui esperando a presença desse segmento e que sua voz seja ouvida o mais longe possível, através da Assembleia, que é e será o instrumento não só para as comunidades indígenas, mas para toda sociedade que precisa ser ouvida e que sua voz chegue o mais longe possível. Fica o nosso apelo, e agradeço às comunidades indígenas que continuaram aqui.

Vamos estender a quebra do protocolo, concedo a palavra ao Tuchau da Comunidade do Contão, nosso amigo e companheiro Jonas Marcolino.

O Senhor Tuchau da Comunidade do Contão Jonas Marcolino - Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Chico Guerra, Senhoras e Senhores Deputados, autoridades

que compõem a Mesa.

Eu já ouvi alguns pensando e emitindo opiniões a respeito dos índios, eu também sou indígena Macuxi,, nós falamos português e macuxi, quando é necessário nós falamos macuxi, porque o povo indígena só seria ouvido melhor se fosse na sua própria língua. O Presidente da Assembleia nos disse há pouco se o povo indígena gritar, será ouvido. O grito nem sempre manifesta aquilo que está no subconsciente das pessoas, por isso Jhon Pool, especialista da comunicação, dizia: “para eu ouvir as pessoas e poder compreendê-las, ajudá-las, devo escutar o que elas não estão dizendo, e que possivelmente nunca venham a dizer” assim como o silêncio é mais perigoso que um grito, também as coisas invisíveis que permeiam questões ideológicas, questões filosóficas, questões psicológicas que levam os indígenas a terem diversos comportamentos, também são mais perigosas, daí um desafio ao todo poder político, poder público tentar ouvir esse silêncio ou tentar talvez, entender o porquê dos 39.9% dos índios estarem abaixo da linha da pobreza, por que, de cada 100 mil índios 400 se suicidam no Brasil. E entre os não índios apenas em cada 100 mil 04 se suicidam. Então, é possível que nós entendamos isso, porque já dizia Freud que o “subconsciente possui pensamento, memória e desejo que estão muito abaixo da superfície e superfície consciente”, mas, apesar de tudo, exerce uma grande influência no comportamento do indivíduo. Então, como ouvir essas coisas que os índios não manifestam, que permanecem no silêncio. Ele próprio respondia essas questões, dizia que “quem tem olhos para ver, e ouvido para ouvir, pode convencer-se que nenhum mortal consegue guardar segredo”, se os seus lábios estão selados ele fala pela ponta dos dedos, a traição vem por todos os poros e assim tornar consciente os recessos mais bem escondidos da mente é tarefa fácil de ser realizado. Eu sei que nós não estamos tentando descobrir o invisível. E durante uma palestra em Manaus, o palestrante disse: “se nós pautarmos nossas lutas no que vemos, já perdemos a batalha” porque os Estados Unidos e países de primeiro mundo estão dizendo: preservem o que nós poluímos, preservem o que vocês veem, que nós vamos estudar o que vocês não veem, e que nós pautemos nossa batalha naquilo que nós não vemos. Mas, por quê? Como entender isso? Isso é possível! Por isso que estou dizendo que os problemas indígenas não são tão diferentes, dos outros problemas da sociedade, pensando na tríade humana: espírito, alma e corpo; inteligência, moção e vontade própria; o índio também tem, o índio tem tudo quanto um ser humano tem, como dizia Immanuel Kant “O homem não é nada mais que aquilo que a educação faz dele”. Sei que o índio precisa de educação de qualidade, educação técnica, científica, humanista, nós precisamos disso. Tenho buscado entender esse complexo social, termo que permeia a sociedade indígena, em relação a qual, alguns acham que é um choque cultural, eu não considero como um choque cultural depois de mais de 500 anos, não considero que exista choque cultural neste século XXI, porque as coisas já estão tão integradas, há uma interação quase que completa. Nós conhecemos um outro lado também, conhecemos bem a nossa base que não é diferente, por isso temos que tratar os indígenas não como pessoas de outro mundo, ou com sentimento alheio ao do gênero humano, não, muito pelo contrário, olhar para ele como um cidadão. Os direitos assegurados na Constituição também têm que serem dados aos índios, por que não? Por que não lhe dar propriedade? Por que não lhe dar igualdade? Por que não lhe dar segurança? Enfrentamos um problema seriíssimo nas nossas fronteiras. A fronteira amazônica tem mais de 10 mil quilômetros, onde há poucas fiscalizações, poucos incentivos para trabalho, e muitas drogas correndo, Por quê? Porque os índios estão buscando algum tipo de alternativas. Eu estou dizendo que os índios também estão fazendo isso. Agora, é necessário que o Poder Público ofereça alternativas lícitas, legais, para que desenvolvam suas atividades sem necessidade de fazer contrabando ou descaminho de qualquer outro produto. Temos que regularizar essa situação, e esta Casa, acredito, que tem, se o Governo Federal quiser, como é competência privativa da União legislar sobre a população indígena, esta Assembleia pode, talvez, através de uma negociação, receber uma delegação do Congresso Nacional para legislar, porque é uma competência privativa, ela pode fazer, desde que o Congresso queira. Agora, é necessário que haja um diálogo, não é uma competência exclusiva do Congresso, por isso esta Casa pode, perfeitamente, ajudar a regulamentar muitos problemas. Eu creio que Vossas Excelências têm consciência de que o índio precisa, em todos os níveis, em todas as áreas, da mesma assistência que precisa qualquer cidadão. Nossa reivindicação é que sejamos vistos e que recebamos o direito que é o direito que está na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Os

índios querem dignidade e não podem ser assemelhados a qualquer outro animal, qualquer pessoa que não tenha capacidade. Bom-dia a todos.

O Senhor Júlio José, índio macuxi da comunidade de Maturuca e coordenador do CIR na Região das Serras – Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero comunicar a todos a decisão do Coordenador Geral do CIR, acabei de falar com ele, que diz respeito ao manifesto. Quando todas as lideranças começaram a falar, ele viu os Deputados saindo e ficaram menos. Ele veio aqui como espírito de colocar a situação das comunidades indígenas para os Deputados, não para uns Deputados, mas como já explicaram que cada um está na Casa e a Casa deve retransmitir. Mas, esse costume nas comunidades, é que se começa com dez em uma reunião e termina com cem, isso nas comunidades. Acho que essa é uma questão tradicional e traz esse exemplo para esta Casa. Mas, ao mesmo tempo, Presidente, já deixo aqui dizendo que há um interesse maior de trazer mais lideranças, de se discutir mais questões das comunidades indígenas que não são poucas. Esta Casa tem interesse de aprofundar esse debate, não só debater, mas também operacionalizar, garantindo o recurso destinado aos projetos, sejam de educação, saúde, desenvolvimento agrícola, agropecuária, etnoturismo, seja ela na valorização da cultura dos povos indígenas no Estado. Esse é o desejo das lideranças dos povos indígenas.

O Senhor Defensor Público Geral do Estado, Doutor Stélio Dener de Souza Cruz – Senhor Presidente, em seu nome quero saudar a todos os Deputados e as demais autoridades presentes. A minha exposição resumida é sobre prestação de contas do serviço da Defensoria Pública prestada às comunidades indígenas. Os atendimentos da Defensoria Pública acoberta 100% das comunidades indígenas do nosso estado, através da parceria com o Tribunal de Justiça e sua justiça itinerante, inclusive, mantemos atendimento regular a todos os índios em todas as comarcas instaladas pelo Poder Judiciário, onde está a Defensoria Pública prestando esse serviço. Em abril deste ano, realizamos a primeira reunião do CONDEGE, referente à Comissão do Direito das Mulheres foi o eixo temático dessa reunião, por ser no Estado de Roraima, com a discussão sobre direitos das mulheres indígenas. Tivemos uma reunião na Comunidade do Surumú, inclusive, com a participação desta Casa, representada pela Deputada Ângela Portella. E de lá esse eixo temático da discussão está sendo levado para todo o Brasil, através do Conselho dos Defensores Públicos Gerais. E agora, em maio, nós criamos a Defensoria Pública com o grupo especial de atuação dos Direitos Humanos e um dos Defensores que compõem esse grupo também está diretamente obrigado aos atendimentos de direitos coletivos das comunidades indígenas. Então, Presidente, eram apenas essas as minhas palavras como uma prestação de contas à Assembleia e às comunidades indígenas. Muito obrigado.

O Senhor Secretário Adjunto da Secretaria de Agricultura, Rodolfo Pereira – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Em nome da Mesa Diretora, cumprimento todos os demais presentes. Sabemos que todas as vezes que se vai debater sobre as questões indígenas, nós conseguimos ouvir as mesmas coisas e, Deputados, muitas coisas vem mudando de lá para cá, entre elas, como eu disse, são as alterações de comportamento das comunidades indígenas. Em Roraima tem um aspecto, que eu considero fundamental, são as diferenças locais das demais unidades federativas, há três municípios genuinamente indígenas: Uiramutã, Normandia e Pacaraima, onde existem cidades indígenas com as mesmas vantagens e desvantagens das cidades não indígenas e que devem ser tratadas de acordo com a realidade em que elas vivem, esperando que os projetos vindos do Poder Público, dos Governos Federal e Municipal, das organizações, das comunidades e famílias indígenas, que assim se distribuem, surtam resultados, que criem a acessibilidade que os povos indígenas e as suas famílias precisam. Aqui quero dizer que a manifestação do representante do CIR é legítima sim, ela pode até ser imatura, mas ela é legítima, porque ele poderia, como liderança, abrir o diálogo e protestar de outra forma, como subir em cima da Mesa por 10 minutos que chamaria a atenção também. É preciso chamar a atenção, porque as comunidades indígenas no Brasil têm ficado esquecidas, pois se formos verificar o que o Governo Federal colocou de verbas para as questões indígenas, é menos de 2% do orçamento brasileiro; e se pegarmos do Estado, também, vamos verificar que é muito pequena em relação às outras questões sociais que existem. Isso é culpa de uma sociedade preconceituosa que não tem coragem sequer de pensar nas comunidades indígenas quando estão discutindo o problema da sua sociedade. Aqui em Roraima temos que estar atentos porque esse problema social é nosso, pois como disse o Jonas cerca de 35% das famílias indígenas estão abaixo da linha da

miséria. Na verdade, os três municípios que configuraram, pelo IBGE, pessoas que estão abaixo da miséria estão justamente em Normandia, Pacaraima e Uiramutã. São características fortes e marcantes de povo pobre com doenças acometidas pela carência de alimento, e não existe nenhum programa que atenda a segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas. Eu estou pondo isso aqui porque é uma realidade que a gente vive no dia a dia. Então, vou colocar aqui duas propostas. Na verdade, se você for na Secretaria de Saúde, onde vai encontrar um departamento indígena, também na educação vai encontrar um departamento indígena, somos um Estado com 10% dos povos indígenas. A nossa população é indígena. Aqui, na Assembleia, acho que importante criar uma comissão específica para tratar das questões indígenas para que tudo que sair daqui referente aos indígenas, saia de uma comissão fundamentada e com conhecimento profundo do que está acontecendo lá. Acho que isso seria um grande avanço se o senhor criasse essa Comissão aqui, e outra forma de geração de renda. Ando dentro das comunidades indígenas de modo permanentemente, acho que o dinheiro em transporte escolar, gasto pelo Governo do Estado e pelo Município, poderia ficar dentro das comunidades indígenas, quero dizer que a contratação de empresários que executam o transporte escolar gasta, mais ou menos, 300 mil reais por mês nas áreas indígenas, e isso poderia ser feito por empresários indígenas, seria mais um incremento de renda lá dentro, é o que falta naquelas comunidades. Eu tiro por Normandia, que se tornou o município mais pobre com a retirada dos arrozeiros, mas o povo está mais rico. Hoje, com a saída dos não índios de Normandia, todos os empregos estão nas mãos dos indígenas, começamos a ver índio de caminhonete, em motos, coisa que não víamos antes. Então, essa forma de quebrar esse tabu é importante, porque o Governo Federal não fará isso por não ter esse conhecimento. Junto com o Governo do Estado, na Agricultura, conseguimos fazer um seletivo onde estamos contratando, exclusivamente, técnicos agrícolas indígenas, o que considero o maior feito para as áreas indígenas. São 25 técnicos agrícolas indígenas que estarão atuando em 09 Municípios do Estado de Roraima, mas a grande maioria estará em Normandia, Uiramutã e Pacaraima. Através deles, estamos capacitando toda a defesa agropecuária para fazer a vacinação que hoje é feita pela ADER e que vem desenvolvendo o seu bom trabalho. Já fizemos uma capacitação em cima piscicultura, capacitação em cima de programa de aquisição de alimentos, do programa de aquisição de alimento escolar que compra 35%, que atenderia o pleito de outro palestrante que queria regionalizar a merenda. Esses são pontos que consideramos importantes, porque através desses técnicos agrícolas vão poder caminhar todas as políticas públicas que venham dos Estados e dos Municípios de uma forma permanente. Paralelo a isso, o Governo do Estado tem mantido uma velha política do Estado no fomento do calcário, da semente, do adubo, do trator e de combustível que vão em cima da agricultura familiar, mas não tem evoluído da forma como queríamos que evoluísse. O índio da nossa região precisa de algumas coisas importantes, como a assistência técnica, outro é o acesso ao crédito, e outra é a comercialização. Quero dizer a vocês que hoje todas essas três políticas são disponibilizadas aos povos indígenas. O índio pode sim ter a assistência técnica através dessa nossa contratação que fizemos, o acesso ao crédito, quase todos os índios que tiverem o nome limpo podem fazer o PRONAF A, B, só que nós temos que acompanhá-los para que eles não virem inadimplentes. Na questão da comercialização, que é uma realidade, há o programa de aquisição de alimentos, por isso estamos muito próximos de fazer o que deveríamos fazer, que é desenvolver essas atividades, crescer economicamente essas regiões. Mas, o que precisamos ter é um diagnóstico verdadeiro, caso contrário nós vamos ficar sempre no romantismo em volta do índio enquanto ele vai continuar enfrentando a situação de carência que vem levando. É preciso, naturalmente, que o Governo Federal tome algumas medidas importantes, não se pode falar em turismo, em escoação de produtos, se ele não asfaltar as principais estradas lá dentro, é responsabilidade do Governo Federal fazer isso. Eu estou relatando isso, pessoal, para mostrar que o Governo tem feito a sua parte, mas nós precisamos avançar muito na questão da assistência técnica, pois ela é o ponto fundamental para que se possa andar. Os índios, sendo capacitados, trabalharão lá dentro, para que possamos desenvolver a região indígena.

A Senhora representante da Secretaria de Educação e Coordenadora da área indígena, Inês Isidoro Messias - Boa-tarde, antes que a Comissão toda se retire, gostaria de me manifestar, sou Inês Isidoro Messias, atualmente estou na Chefia da Divisão da Educação Indígena. Cumprimento todos os Parlamentares aqui presentes, povos

indígenas e demais pessoas aqui presentes. Acompanhando as colocações de Vossas Excelências, houve um ponto que me chama atenção, é que a educação perpassa pela fala de todos que se pronunciaram aqui. Mas, quero colocar pra vocês a visualização sobre um dado para que vocês possam compreender a dimensão deste Estado quando se trata da educação Indígena, da agricultura e da saúde. Atualmente, já foi falado pelo professor Rivanildo, Tuxaua da Comunidade Canauani, que atualmente temos 234 escolas e que ainda neste ano de 2012 vamos para 264 escolas. Vejam bem, senhores, a dimensão do nosso Estado geograficamente nos faz compreender a dificuldade que temos, e gostaria que os senhores percebessem a busca da solução para o que reivindicamos enquanto educadores. Se nós temos 264 escola atualmente, na capital são apenas 62 escolas, no interior rural só há 72. A diferença é que nós temos um quantitativo de alunos bem menor na capital do que no interior, mas a dimensão territorial é que dificulta todo esse trabalho. Aí, vamos entrar na questão das construções, reformas e ampliações. E eu queria cobrar neste momento porque temos garantido no PAR/2012/2013 e 2014, as escolas indígenas, por isso gostaria de pedir a Vossas Excelências que tivessem o olhar bem voltado para nossas escolas indígenas. O Tuxaua Rivanildo apresentou os problemas de algumas escolas, mas, aquilo é o mínimo, porque nossas dificuldades estão na área de voo, temos 77 escolas pertencentes a área de voo. Destas 35 são Yanomamis e a gente sequer escuta falarem das nossas dificuldades aqui, as dificuldades para os indígenas, como já foi dito, é na área da educação, saúde e agricultura, para mim são considerados os três eixos principais e que não vai deixar de ser. Nós temos hoje 1524 professores, destes, senhores, 126 só tem ensino médio e aí, vou complementar a fala da Deputada Aurelina, como ela disse, por que um concurso público? É possível? Sim. A lei nos garante, exatamente porque nós vimos cavalgando uma dificuldade das nossas escolas a se expandirem e não ter pessoal preparado. Mas saímos de um seletivo agora, onde ingressaram 909 professores. E nós vamos para uma quarta chamada com dificuldade de ter os professores na área de formação. Isso é só no campo da Educação. E dessas escolas, nós temos 42 de Ensino Médio. E o ano passado, segundo o Censo, 11.302 alunos. Este ano nós vamos para 15.320. É o censo da divisão que ainda não contabilizou. Nós temos ainda 2.179 crianças que, sequer a certidão de nascimento têm. Então, para ver a nossa dificuldade, a cobrança que eu faço aqui é no campo da educação, na questão de também transformar essas crianças cidadãs. Está se falando sim da Agricultura, de Saúde, das dificuldades, mas se a gente não atacar o campo da educação, nós deixaremos sim a falha para o futuro. Não se pode aprovar uma legislação no campo da produção agrícola se também a gente não tem como formar técnicos. E os técnicos precisam de assessoria. Se não tiver, nós iremos falhar do mesmo jeito. Eles não terão como trabalhar com o banco. Nós estamos trabalhando diretamente com a formação desses professores. Desses técnicos, nós temos quase que a metade deles na área da educação, que se tornaram professores. Outros resistiram e não passaram para técnicos. Esse cuidado que eu estou pedindo dos Senhores é nesse sentido.

Outra questão é a do transporte escolar. Nas nossas escolas nos deparamos com a maior dificuldade, quanto a situação do transporte escolar no Uiramutã e Normandia que, aqui para Boa Vista, está como vistoriado, mas quando se chega ao Município a realidade é outra. O que eu cobro é a questão da fiscalização, se isso chegar realmente a ser feito, aí sim, podemos falar de uma coisa concreta, da situação real de como as escolas estão trabalhando. Quanto à questão de colocar empresas indígenas, eu concordo, mas têm que ser fiscalizadas também, porque, senão, cairemos no mesmo erro.

Dessas 42 escolas, outra situação preocupante é que tem várias escolas sem acesso à inclusão digital, pois as escolas não tem energia adequada para suportar doze, treze computadores para o devido atendimento aos nossos alunos. Nossas escolas atualmente têm uma grande dificuldade devido à sua localização geográfica. Faço convite a todos, como já foi feito antes, para que nos visitem e vejam as nossas dificuldades. Sei que não gostaram do posicionamento do colega do CIR, mas essa reação tem um significado, é por que o povo indígena já vem há muito tempo sendo discriminado, talvez por causa da demarcação da Raposa Serra do Sol, mas temos que entender que estamos em um estado que ainda discrimina o povo indígena. Todos os dias na educação indígena, quem trabalha comigo, sabe o que é isso. Mas, não baixamos a cabeça e nem simplesmente levantamos da cadeira e vamos embora, a gente discute, conversa, vai atrás na busca de melhorias. Gostaria de agradecer pela participação neste evento,

parabenizo a Assembleia por tê-lo organizado. Obrigada.

O Senhor Presidente Deputado (Chico Guerra) – Com a palavra o Senhor Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público – Dr. Fábio Stica.

O Senhor Procurador de Justiça do Ministério Público – Doutor Fábio Stica – Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, desculpa por não nominá-los um a um, mas o adiantado da hora não nos permite mais essa formalidade, cumprimento os componentes da Mesa, as lideranças indígenas e todas as pessoas aqui presente. Senhor Presidente, manifestei interesse em utilizar a tribuna apenas para colocar uma questão que reputo de extrema importância. Vejo nessa iniciativa da Assembleia Legislativa juntamente com as lideranças indígenas uma importância sem precedente no nosso Estado, tendo em vista que a população indígena que é boa parte da população, fazemos até de certa forma involuntariamente essa discriminação que tanto foi dito aqui, agora mesmo, o fiz sem querer, quando me referi à população indígena e a população do nosso Estado, que são a mesma população. Mas, de certa forma, todos nós temos um certo ranço cultural que faz com que, infelizmente, ainda, mais de 20 anos depois deste Estado institucionalizado, demarcações de diversas áreas indígenas, mas, ainda assim, temos dificuldade de reconhecer a população indígena como população roraimense. E não poderia me calar apenas para colocar um dado que reputo de extrema importância. O Ministério Público do Estado é uma instituição do Estado, da população roraimense, portanto, dessa população, como disse no início, de certa forma a discriminamos, somos muito, muito pouco utilizados pelos povos indígenas, existe um certo desconhecimento por parte da população como um todo que, quando se trata de questões indígenas, pensam imediatamente no Ministério Público Federal, porque a Constituição diz que o Ministério Público Federal é defensor dos povos indígenas, mas, o Ministério Público Estadual está sendo repetitivo, estou repetindo é para fixar isso, é defensor da população de todo este Estado. Então, gostaria especialmente dizer às lideranças que ainda estão presentes e as que não estão presentes, infelizmente, por favor façam com que cheguem até eles a informação de que o Ministério Público do Estado quer ser protagonista nessa questão diretamente ligada a essas minorias, que no nosso Estado, pela proporção que existe, nem de minoria podem ser chamadas. Então, quero deixar registrado, por isso fiz questão de utilizar este espaço, apenas para deixar o Ministério Público do Estado de Roraima à disposição das lideranças, à disposição da população indígena para que possamos interagir, auxiliar nas políticas públicas que são necessárias a essa população, temos promotorias especializadas na área da saúde, da educação que tem sim um papel muito importante e podem sim ser utilizados por esse povo. Então, Presidente, agradeço especialmente o convite para participar deste evento, passamos aqui a manhã inteira, já estamos adentrando pela tarde e cada um dentre suas atribuições se deslocou para cá por um assunto deveras importante ao nosso Estado, à nossa população, tenho como um dia extremamente produtivo, deixei de atender inúmeras pessoas hoje, deixei de despachar inúmeros processos, mas não tenho dúvida que não perdi nem um minuto, ganhei muito e aprendi muito com o que ouvi aqui, de determinadas lideranças, foi uma oportunidade para ouvir e conhecer, até já fiz algumas anotações, com as quais pretendo manter um contato mais estreito porque esse assunto interessa à população roraimense. Portanto, agradeço ao Senhor Presidente da Assembleia, aos senhores Deputados, às lideranças que aqui se manifestaram e estiveram presentes, obrigado.

O Senhor Presidente Deputado (Chico Guerra) – Com a palavra o Senhor Secretário Estadual do Índio – Hiperion Oliveira – Representando o Governador nesta sessão.

O Senhor Secretário Estadual do Índio - Hiperion Oliveira – Cumprimento a todos, boa-tarde às lideranças que ainda estão aqui, e, principalmente, parabenizo a Assembleia pela iniciativa. Acho que nosso Estado está passando por essa transformação no sentido de assumir a responsabilidade pelos povos indígenas, pelo desenvolvimento e pelos desafios dos povos indígenas. Acho, que a maior responsabilidade é nossa, porque, efetivamente, os índios moram em Roraima, se os problemas e os índices são bons ou ruins, é responsabilidade do Estado, acontece aqui no Estado. E nós temos competência em desenvolver juntos essa população, esse é o maior sinal, onde o governo como um todo, juntamente com a sociedade roraimense, que precisa se envolver nessa questão, como bem disse o Dr. Fábio, não é uma questão de minoria, mas os 10% de uma população não podem ser considerados minoria. Acho, que o melhor

recado, independente de algumas lideranças terem se retirado e outras que, por algum outro motivo, saíram, acredito que esse debate é importante, é importante estarmos discutindo isso, queria agradecer a todas as manifestações que, com certeza, vamos considerar algumas dessas que ouvimos aqui, vou me ater ao momento que vivemos com relação a essa questão das terras indígenas, a gente discute o fato da demarcação, não existe mais, um Estado, onde 42% das suas terras demarcadas e que tem 10% da população indígena, não pode abrir mão do desenvolvimento do estado, passando pelas comunidades, as políticas públicas aqui faladas pelas lideranças indígenas sobre a questão da sustentabilidade, e quando pegamos o discurso de cada um, é o tema fundamental, inclusive, o Júlio tocou no assunto de que são três eixos principais: a roça que está lá gerando um processo econômico; a preservação ambiental, pois, falar em preservação ambiental para uma população indígena, ou seja, é até contraditório, porque tradicionalmente as comunidades indígenas já trabalham essa questão ambiental há muito tempo, existe a preocupação com a questão ambiental; o outro é o desenvolvimento social, são os três eixos que temos, e quanto ao modelo das comunidades indígenas, não precisa inventar muita coisa não porque ele já está pronto na sustentabilidade, é um processo que se preocupa com o meio ambiente. Se nós pegarmos a Raposa Serra do Sol, com 1,700 mil hectares, não temos nem 17 mil hectares, somando as áreas dos arrozais com impacto ambiental, somando todas as roças existentes, verificamos que o impacto ambiental é quase nada, é 0,1%. Então, a gente não precisa se preocupar demais com essa questão, acho que as comunidades estão preservando, já há uma preocupação implícita com relação a isso. Mas aqui ouvimos vários depoimentos sobre os problemas sociais, aí precisamos aliar o que temos em nível de Estado, 62% das nossas terras estão preservadas com reservas ambientais ou terras indígenas. Então, a nossa preocupação tem que girar em torno do modelo de desenvolvimento econômico que vai dar a sustentabilidade, baseada no desenvolvimento social, e o Estado de Roraima não é diferente das comunidades indígenas, há uma coisa bastante similar com relação a isso. Quanto à questão ambiental, já temos uma definição, o Estado está preservado. Agora, falta definir o modelo econômico que vai dar uma condição social boa ao nosso povo, e aqui já foram citados vários exemplos. Vou repetir alguns potenciais que foram enumerados pelas próprias comunidades, como a pecuária, que não considero como potencial porque já temos nas áreas indígenas na Raposa Serra do Sol e São Marcos, que, somadas com as outras terras indígenas, são mais de 70 mil cabeças de gado, que abastecem os Municípios de Normandia, Uiramutã e Pacaraima, o que falta é só implementar as políticas, porque o potencial dessas terras indígenas com 700 mil cabeças, e estamos com 70 mil, só 10% sem implementação de pastagem, as pastagens dos anos 20, 30 anos atrás, são as mesmas que têm hoje, não houve nenhuma mudança com relação a isso, e se criava gado. Então as comunidades indígenas ainda podem crescer muito com relação à pecuária. Outro exemplo é a agricultura, que já tem boas propostas, pois boa parte da melancia produzida nas comunidades indígenas estão indo direto para o Estado do Amazonas, carretas e carretas saem de todas as terras indígenas de Boa Vista e principalmente de Normandia. Portanto, os projetos que estão sendo desenvolvidos na área de agricultura já estão caminhando bem. É importante mencionar o acesso ao crédito, isso está demonstrando tanto pelo Governo Estadual, através da Secretaria de Agricultura, quanto pelo Governo Federal, feito pela CONAB que compra produtos das comunidades indígenas, dos produtores indígenas, que hoje já têm produtor com DAP, e encaminha isso para as escolas ou faz uma distribuição social dentro da própria comunidade ou ainda, coloca no mercado local, quando não há compra total do produto. Já é um outro momento que está sendo tocado. A questão da piscicultura, foram feitos 26 tanques, de 2010 para 2011, a maioria com sucesso, direto com o produtor, é outro potencial que se tem e que está sendo exercido pelas comunidades. O turismo, este sim precisa de implementação. Mas é impossível desenvolver o turismo nas terras indígenas de Roraima? Não. Mas por que só em Roraima que é impossível? Os Estados do Amazonas, Pará, Acre e Amapá, estão fazendo, por que Roraima não pode fazer? Pode sim e deve aproveitar o potencial que tem na área do turismo, e aí entra a sociobiodiversidade que é o termo mais comumente falado, mas já tem prática disso aí, implementando os produtos da própria floresta, da própria região, com as pessoas que estão vivendo lá. Temos um

exemplo muito bom aqui no Estado, Wai-Wai, que está retirando 300 toneladas de castanha, tendo todo um procedimento e um cuidado acompanhado pelos órgãos, aqui mencionados, e fazendo uma parceria com o setor privado, que vai pegar essas castanhas e beneficiá-las, entrando aí também o açaí, a copaíba, andiroba, buriti, murici, tudo isso levado para ser utilizado como plantas medicinais e principalmente para cosméticos. A indústria de cosmético tirados daí é assombrosa, e pode dar um retorno efetivo a essas comunidades tradicionais que aprenderam a essência de extrair esses produtos e colocar e até fazer suas pinturas, um batom, um rouge ou qualquer outra coisa nesse sentido. É importante se fazer isso, dá pra trabalhar? Dá. O importante é a organização de todas essas cadeias, porém, mais importantes ainda é que as comunidades indígenas estejam abertas a fazer isso. Aí, temos que respeitar, como o Dilson Angaricó falou, as especificidades de cada uma. Todas estão preparadas para fazer o turismo ou desenvolver a agricultura? Não, cada uma está é um ponto diferente, temos 10 povos com mais de 500 comunidades e cada um tem um termo diferente onde ele pode se inserir tranquilamente em um desses determinados projetos que estão aqui. Não existe, exceto a questão ambiental, reservas pelo Governo Federal, o Governo do Estado trabalha educação, saúde, agricultura, pode trabalhar meio ambiente, o turismo, qualquer atividade dentro das terras indígenas, desde que aquela comunidade se sinta preparada para exercer e desenvolver essas políticas junto com o Município e com o Estado. Acho importante a gente quebrar esse paradigma de que nós podemos fazer sim. E com relação à educação, é impressionante o número. Temos 500 comunidade e mais de 250 escolas, são na verdade 260. Uma escola para cada, duas comunidades. Aí, acho, que merece uma reflexão, quebrar o paradigma entre quantidade ou qualidade, porque claro que tem comunidades que realmente têm problemas muito difíceis e precisam ter uma escola dentro de sua comunidade, mas as escolas com dois quilômetros uma da outra. No Baixo Cotingo, em Normandia, são 42 comunidades, são dois ou três polos ali, talvez resolvessem, porque na hora da saúde todo mundo se reúne nesse polo, mas na hora da educação cada um quer uma escola diferente. É importante observar isso, é importante ter estes dados de forma muito clara para poder subsidiar esta Casa e a nós do Governo nas decisões que devemos tomar. Agradeço a oportunidade, pois tinha algumas considerações a fazer sobre os vários itens aqui citados, mas, devido à escassez do tempo e o grande número de oradores, fica para uma outra oportunidade. Parabéns esta Casa pela importância que está dando à população indígena, realmente está na hora de quebrarmos os preconceitos, poder público e sociedade civil, que temos em relação às comunidades indígenas, para nos aliarmos ao desenvolvimento dos nossos povos indígenas, pois, eles podem somar muito ao desenvolvimento do Estado, mas a gente tem o compromisso de encabeçar isso pois, ao longo de 500 anos de história, eles sempre ficaram à margem dessa história, foram eles que subiram o Rio Amazonas, o rio Branco, eram eles que estavam pescando as tartarugas quando todo mundo estava mandando para fora, eram as comunidades indígenas que estavam extraído a borracha, foram eles, nas fazendas do Governo, quando foram implantadas aqui, os vaqueiros, quando tiveram todas as outras fazendas continuaram a ser os vaqueiros, foram eles que mostraram para o agricultor daquela época, comprovadas em várias narrativas, como se cultivava em um lavrado desse. Então, temos que ter esse compromisso e fazer com que eles tenham parte efetivamente do desenvolvimento do Estado e não fiquem mais à margem como sempre ficaram. E que eles sejam os atores principais dentro de suas terras indígenas no desenvolvimento do Estado. Obrigado.

O Senhor Presidente Deputado (Chico Guerra) – Gostaria de agradecer a presença de todos que fizeram parte desta Mesa, dos senhores Deputados, das autoridades, das lideranças indígenas e das demais pessoas que nos honraram com vossas presenças. Encerramos esta sessão com a certeza do dever cumprido. Obrigado.

Alçando o objetivo da Comissão Geral, retomo os trabalhos da Sessão na fase em que se encontravam.

Não havendo matéria para a Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

Não havendo nenhum Deputado que deseje fazer uso da palavra no Expediente de Explicações Pessoais e nada mais a tratar, encerro a presente Sessão e convoco outra para o dia 27, à hora regimental.

Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: Ângela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão

da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalsen Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá e Soldado Sampaio.

Aprovada Ata Sucinta em: 27/06/2012

ATA DA 2135ª SESSÃO, EM 01 DE AGOSTO 2012.
44º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA.

Às nove horas do dia primeiro de agosto de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima trigésima quinta Sessão Ordinária do quadragésimo quarto período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (Chicão da Silveira) – Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura da Sessão.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus, e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Remídio Monai) – Lida a Ata.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica: Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Chicão da Silveira) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

- Indicação s/nº, de 24/07/12, do Deputado Francisco Assis da Silveira, indicando a instalação de um telefone comunitário na Comunidade do Pium, no município de Alto Alegre, com a maior brevidade possível. Indicação s/nº, de 25/07/12, do Deputado Francisco Assis da Silveira, indicando a instalação, em caráter de urgência, de um telefone comunitário na Comunidade da Anta I, município de Alto Alegre. Indicação s/nº, de 23/07/12, do Deputado Francisco Assis da Silveira, indicando a instalação de um telefone comunitário na Comunidade da Anta II, município de Alto Alegre, com a maior brevidade possível. Ofício nº 016/12, de 27/07/12, do Deputado Marcelo Cabral, comunicando sua ausência na sessão do dia 28/06/12. Ofício nº 023/12, de 28/06/12, da Deputada Ângela Portella, comunicando sua ausência na sessão do dia 28/06/12. Ofício nº 019/12, de 28/06/12, do Deputado Remídio Monai Montessi, comunicando sua ausência na sessão do dia 28/06/12. Requerimento nº 003, de 30/06/12, da Comissão Especial Externa, Criada através da Resolução nº 038/11, requerendo prorrogação de prazo por igual período para analisar e emitir Parecer à Proposta de Emenda Constitucional nº 008/2011.

RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:

. Mensagem Governamental nº 28, de 27/06/12, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Defensoria Pública do Estado de Roraima, e dá outras providências;

. Mensagem Governamental nº 31, de 10/07/12, comunicando a ausência do Governador no período de 11 a 18/07/12, em caráter particular, sem ônus para o Erário Estadual.

TRIBUNAL DE CONTAS:

. Ofício nº 260, de 13/07/12, encaminhando cópia da Decisão Normativa nº 001/12 – TCERR-PLENO;

. Ofício Circular nº 015/12, comunicando a inabilitação pelo prazo de 05 (cinco dias) para o exercício de cargos em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, os gestores Agnaldo Almeida Silva e José Erinaldo Barroso.

EXTERNOS:

. Ofício Circular nº 035, de 06/06/12, da Secretaria Nacional de Assistência Social, comunicando a Transferência de Recursos ao Fundo Estadual de Assistência Social;

. Ofício nº 1029, de 11/06/12, da Caixa Econômica Federal,

informando o Crédito de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União;

Ofício nº 32, de 15/06/12, do Conselho Nacional de Justiça, encaminhando o Livro “Mutirão Carcerário: Raios-X do sistema Penitenciário Brasileiro”;

Ofício nº 072, de 25/06/12, do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos dos Idosos de Roraima, agradecendo o apoio prestado na realização da I Audiência Pública – Combate à Violência Contra a Pessoa Idosa;

Ofício nº 1131, de 25/06/12, da Caixa Econômica Federal, informando o Crédito de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União;

Ofício nº 1132, de 25/06/12, da Caixa Econômica Federal, informando o Crédito de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União;

Ofício nº 026, de 26/06/12, do Senador Mozarildo Cavalcante, solicitando conclusões da referida Audiência Pública destinada às Comunidades Indígenas para conhecimento e providências;

Ofício nº 2148, de 26/06/12, da Casa Civil, encaminhando cópia do GAB/SEINF/OFÍCIO Nº 1408/12, com as providências adotadas referentes às Indicações nº 19, 21 e 22. Ofício nº 07, de 26/06/12, do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Roraima, solicitando a Gratificação de Incentivo aos Profissionais da Educação, Técnicos Educacionais (GIPETE) e Reajuste da Tabela Salarial da Lei Estadual nº 392, de 14/08/2003;

Carta s/n, de 28/06/12, do SINDUSFARMA, encaminhando o livro Redução do ICMS sobre Medicamentos;

Ofício Circular nº 004/12, de 05/07/12, do Conselho Nacional de Justiça, comunicando a instalação da Comissão de Articulação Federativa Parlamentar do CNJ;

Carta DISUP Circular nº 29, de 09/07/12, do SEBRAE/RR, encaminhando exemplar da revista Empreendedorismo & Negócios, referente ao trimestre de abril, maio e junho;

Comunicado nº AL064886/2012, de 10/07/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Creche Municipal Dr. Silvio Lofego Botelho;

Comunicado nº AL064885/2012, de 10/07/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Anauá;

Comunicado nº AL064884/2012, de 10/07/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Barbosa de Alencar;

Comunicado nº AL064883/2012, de 10/07/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual José Per;

Comunicado nº AL064882/2012, de 10/07/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Artur Cavalcante;

Comunicado nº AL064881/2012, de 10/07/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Maria Maricelma de Oliveira Cruz;

Comunicado nº AL064880/2012, de 10/07/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Wai Wai;

Comunicado nº AL064879/2012, de 10/07/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Índio Manoel Barbosa;

Comunicado nº AL064878/2012, de 10/07/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de Tempo Integral Dr. Luis;

Comunicado nº AL064877/2012, de 10/07/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Bruna Bezerra da Silva de Mucajá – RR;

Comunicado nº AL064876/2012, de 10/07/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação

de recursos financeiros para Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Fernão Dias/APM;

Comunicado nº AL064875/2012, de 10/07/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Wanda David Aguiar;

Comunicado nº AL064874/2012, de 10/07/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau Cloves Nova da Costa;

Comunicado nº AL064873/2012, de 10/07/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau Buriti;

Comunicado nº AL064872/2012, de 10/07/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Presidente Tancredo Neves;

Comunicado nº AL064871/2012, de 10/07/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau Fagundes Varela;

Comunicado nº AL064870/2012, de 10/07/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º e 2º Graus Jesus Nazareno de Souza Cruz;

Comunicado nº AL064869/2012, de 10/07/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau Antoni;

Comunicado nº AL064868/2012, de 10/07/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau 31 de Março;

Comunicado nº AL064867/2012, de 10/07/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para Associação de Pais e Mestres da Escola Major Alcides Rodrigues dos Santos;

Comunicado nº AL064866/2012, de 10/07/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Darci Ribeiro;

Comunicado nº AL064865/2012, de 10/07/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Jesus Nazareno;

Comunicado nº AL064864/2012, de 10/07/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para Associação de Pais e Mestre da Escola de 1º Grau F. R. M. de São João Da Baliza – RR;

Comunicado nº AL064863/2012, de 10/07/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para a Secretaria de Educação Cultura e Desporto do Estado de Roraima;

Comunicado nº AL076133/2012, de 20/07/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para a Secretaria de Educação, Cultura e Desporto de Roraima;

Comunicado nº AL076134/2012, de 20/07/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Francisco Julião da Silva;

Comunicado nº AL076135/2012, de 20/07/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Professor Jaceguai Reis Cunha;

Comunicado nº AL076134/2012, de 20/07/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para Associação de Pais e Mestres da Escola;

Ofício nº 03/12, da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, agradecendo o apoio prestado a X Semana Estadual de Política sobre Drogas em Roraima;

Carta s/n, de 11/07/12, Câmara dos Deputados, requerendo informações sobre as medidas adotadas para combater ou mitigar a existência de práticas de trabalho escravo ou análogas à de escravo em

seu Estado, nas áreas urbanas ou rurais;

Ofício nº 370, de 17/06/12, do Instituto de Previdência do Estado de Roraima, informando que este Instituto firmou com o Governo de Estado de Roraima (SESAU), o Termo de Confissão e Parcelamento de Dívida nº 001/2012, comunica ainda que o Termo em questão é referente ao não repasse, por parte da SESAU, das contribuições previdenciárias, parte petronal, relativas aos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2012. Ofício nº 127, de 20/06/12, do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima, encaminhando exemplar do Jornal Interno do INMETRO e da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade. Ofício Circular nº 050, de 23/07/12, da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil - CMSB, encaminhando cópia do documento "Proclamação ao Povo Brasileiro". Carta s/n, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – GAB. DEP. Édino Fonseca, referente à Intercessão Governo Brasileiro – Perseguição Religiosa Irã. Cartão de Agradecimento, de 16/07/12, da Secretaria Extraordinária da Promoção Humana e Desenvolvimento, agradecendo mais um ano de conquistas e apoio desta Casa de Leis. Carta s/nº, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, encaminhando o Caderno de Esportes do Estado do Rio de Janeiro.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Chicão da Silveira) – Procedida à chamada.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, servidores desta Casa, membros dos meios de comunicação, a todos que nos acompanham neste Plenário, amigos e amigas, o nosso cordial bom-dia.

Meu Presidente, inicialmente, quero dizer da satisfação de retornarmos aos trabalhos em plenário, desejar a todos os colegas parlamentares e a todos os servidores desta Casa um semestre profícuo de trabalho na discussão de projetos que visem o interesse coletivo e o bem comum da sociedade roraimense.

Em segundo lugar, quero trazer a este plenário um assunto que foi veiculado na Folha de Vista, no dia de ontem, que me traz uma grande preocupação e com certeza há centenas de famílias roraimenses e de brasileiros garimpeiros pedem ajuda para saírem das terras indígenas Yanomami.

Esse é um assunto que me causa preocupação, porque foi realizada uma operação entre entidades federais, Polícia Federal e outros órgãos, dentre eles o Ministério Público Federal, em que foram presas as pessoas e apreendidas as aeronaves que davam o suporte para a atividade garimpeira dentro da terra indígena e, com isso, colocou em dificuldades não aqueles que efetivamente foram presos, ou seja, os empresários, que foram presos, estão respondendo na justiça processo por exercerem atividades não permitida dentro das terras indígenas. A minha preocupação maior é com cerca de 200 trabalhadores que estavam contratados por empresários dentro dessa área para atuarem na extração de minérios. Essas pessoas, Senhor Presidente, como diz a matéria, estão passando por necessidades, são pessoas que não estão tendo mais o suporte logístico, não estão tendo acesso à alimentação, ao remédio e não têm como sair de lá e há necessidade de que o Estado, de que esta instituição acompanhe essa situação para que a gente não venha a constatar problemas maiores não só para esses trabalhadores, mas também para as suas famílias.

Diz a matéria que os garimpeiros estão sem alimentação, sem água e que os próprios trabalhadores pedem ajuda para saírem da área Yanomami. E, o coordenador da Fundação nacional do índio disse aos familiares dos que ainda permanecem na área, que a instituição não tem como bancar uma ação de retirada dessas pessoas, e que a alternativa seria os próprios familiares bancarem os custos da operação. São pelo menos 200 garimpeiros nas regiões de Axíu, Parafuri, Arataú, Uaputá, Omoxi e Catrimani.

Ora, as pessoas que se submetem a trabalhar nessas regiões inóspitas, contratadas por empresários que têm capital, normalmente são pessoas humildes, que não encontraram de repente uma outra oportunidade de trabalho para sustentarem suas famílias, e se sujeitaram a ir para regiões tão longínquas, tão inóspitas. E, com certeza, são famílias, com raras exceções, que não terão como bancar o custo para mandar uma aeronave para o local para trazer o seu familiar.

Então, essa é uma questão que com certeza está causando muita aflição para as famílias desses garimpeiros.

A matéria diz ainda que eles estão passando por necessidades,

estão debilitados e doentes e que a FUNAI tem conhecimento do nome de alguns dos garimpeiros que se encontram nessa região. A matéria diz também que mesmo com a manifestação espontânea da saída de diversos garimpeiros das terras indígenas Yanomami, que a FUNAI alega não ter recursos para realizar no momento nenhuma atividade nesse sentido. E, conforme o Presidente daquele órgão aqui no Estado, para a retirada desses garimpeiros, serão necessários pelos menos 500 mil reais e no órgão não há precisão orçamentária para isso.

Então, eu trago essa informação, fazendo um apelo a esta Casa, Senhor Presidente, pois isso é uma questão humanitária, é uma questão de direitos humanos. Nós entendemos até a operação dos órgãos federais, dos órgãos fiscalizadores no sentido de impedir essa prática ilegal, acertadamente indo em busca daqueles que a patrocinavam, que a mantinham, que davam todo suporte para a realização dessa atividade, mas eles teriam que ter dado também a possibilidade dos funcionários dessas pessoas de saírem daquela área e, convenhamos, só há uma forma, pela via área, porque sair atravessando florestas, mais de 300 quilômetros não é coisa para qualquer um. Então, a nossa manifestação é no sentido que esta Casa, através da Comissão de Direitos Humanos, da Comissão de Segurança Pública acompanhe de perto e busque alternativas para retirar esse pessoal daquela região, levando o apoio desta Casa a mais de duzentas famílias roraimenses que estão numa situação difícil. Era isso, Senhoras e Senhores. Muito obrigado a todos e mais uma vez o nosso cordial bom-dia.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, inicialmente, eu queria desejar um bom retorno a todos e que tenhamos um semestre legislativo bem profícuo. Vou mais uma vez, Senhor Presidente, pedir que nesse processo eleitoral consigamos nos respeitar, trabalhar em paz, propormos, discutirmos as ideias, mas sempre respeitando uns aos outros, para que sejamos no máximo adversários no campo das ideias e das propostas.

Queria, também, Senhor Presidente, sugerir a Vossa Excelência e a Mesa, assim como fez o Congresso Nacional, elaborarmos um calendário de Sessões nesse período eleitoral. Não adianta nós irmos aqui terças, quartas e quintas-feiras e ficarmos aqui sem discussão de matérias, sem votação de projetos, não otimizando o nosso tempo. Nós somos homens públicos, somos políticos e no processo eleitoral é natural que se busque o voto, que se debata com o povo, que se vá participar efetivamente do processo eleitoral. Então, fica aqui a ideia de nós elaborarmos esse calendário para vermos quais dias teremos Sessões e, efetivamente, nos dias dessas Sessões trabalharmos de forma profícuo, aprovando, discutindo todos os projetos.

E, queria me referir a um assunto que hoje, Deputado Erci de Moraes, me deixou muito preocupado, sobre a suspensão da titularidade das terras. Nós, roraimenses, sonhamos com essas transferências, sonhamos com as terras para o domínio do Estado de Roraima e, conseqüentemente, dos seus proprietários e de seus ocupantes. Durante muitos anos, várias pessoas lutaram, vários Governos pleitearam isso. Esse processo demorou, mas se consolidou. Há dois anos e meio atrás o Presidente Lula assinou uma Medida Provisória transferindo para o Estado de Roraima seis milhões de hectares. Infelizmente, mesmo com o Governo Federal também elaborando um convênio com o Estado de mais de 30 milhões de reais para georreferenciamento, a titularidade e a regularidade das terras tem andado de forma muito lenta. E, para nossa surpresa, o Juiz Federal suspendeu toda essa titularidade, inclusive, o cartório de imóveis não pode elaborar qualquer documento nesse sentido. Por que isso? Simplesmente, porque há confirmação ou fortes indícios de irregularidades.

O Deputado Mecias já trouxe esse debate para cá. O Deputado Erci de Moraes também é um homem preocupado com isso, bem como o Deputado Ionilson Sampaio. Todos nós nos preocupamos porque é um momento especial para a vida produtora de Roraima, para os nossos empresários, para os nossos proprietários, de modo que trabalhem com segurança jurídica. E mais do que isso, é o direito efetivo da propriedade e também a busca de crédito para efetivamente desencadear uma produção que Roraima tanto precisa. Então, hoje, eu diria que é um dia de profunda tristeza. Mas, o Ministério Público Federal já tem outras ações também em cima desse tema. Infelizmente, é uma área sensível que está caminhando vulneravelmente, dando margem para que essas ações surjam, atrapalhando, emperrando, empancando o processo de titularidade das nossas terras.

Então, eu queria manifestar essa preocupação. Espero que a

classe política se organize de forma conjunta para o mais rápido possível discutirmos e encontrarmos alternativas, porque Roraima não pode deixar para traz esse sonho que agora caminha para ser realidade. Concedo um aparte ao Deputado Ionilson Sampaio.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Deputado, eu não sabia que Vossa Excelência ia tratar desse assunto. Inclusive, ontem, eu liguei para a Deputada Aurelina porque ela é da base do Governo e falei da preocupação que tinha, pois estive segunda-feira na FEMACT e, para Vossa Excelência ter uma ideia, eu não sei se já sabe, estão falando da suspensão dos processos de titularidade. Também estão suspensos os processos de regularização ambiental que a FEMACT fazia, bem como todos os processos de titularização que o ITERAIMA fazia. E agora, também, os processos de regularização ambiental. Só foi permitido a regularização ambiental daquelas propriedades que já possuíam títulos definitivos. Então, o produtor que estava lá tentando sua licença ambiental com o CCIR ou com o espelho que anteriormente o próprio INCRA havia dado, não conseguiu, porque também está suspenso essa regularização ambiental, o que coloca mais de 70% dos produtores deste Estado na absoluta ilegalidade. Os processos que estão tramitando lá estão suspensos. Isso é ação de Governo, Senhor Presidente. É preciso que o Governador do Estado se mexa. É preciso que alguém do Governo se mexa para resolver essa questão. Se antes o Estado já não andava, agora ele está engessado de uma vez por todas. Portanto, Deputado Flamarion, parabéns pelo pronunciamento de Vossa Excelência. Esperamos que alguém do Governo, do ITERAIMA ou da FEMACT venha com urgência à Assembleia Legislativa explicar o motivo disso, quais são as tratativas que estão fazendo para resolver essa questão da titularidade das terras e também da regularização ambiental que agora, de uma vez por todas, suspendeu tudo, pois está tudo parado neste Estado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua. - Obrigado, Deputado Ionilson Sampaio. Vosso pronunciamento só enriquece e ilustra cada vez mais o nosso discurso. Mas, eu vou aqui me dirigir a Deputada Aurelina Medeiros. A Deputada Aurelina Medeiros é uma política, mas antes de política é uma técnica. O ideal na política de qualquer governante é o executor das ações políticas. O ideal na política é que concilie a técnica com o político. Mas há determinadas áreas, Deputada Aurelina, que quando não dá para conciliar, que ela seja técnica. Essa questão da titularidade das terras é tão vital, tão essencial, tão primordial, que nós não podemos fazer de forma politiqueria, mas através de uma política pública essencial, verdadeira, que respeite e que dê a segurança jurídica que tanto queremos e tanto desejamos. Além da suspensão da titularidade das terras, o Deputado Ionilson Sampaio acaba de ilustrar agora também a suspensão do licenciamento. O que vamos fazer? O que vamos produzir? Que caminho seguir? Esse sonho vai se transformar em pesadelo? Eu espero que não. Concedo um aparte ao Deputado Erci de Moraes.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Erci de Moraes – Deputado Flamarion, eu quero me somar ao pronunciamento de Vossa Excelência no sentido de que é uma medida até certo ponto intempestiva ou precipitada por parte do Ministério Público. É óbvio que se houver indícios latentes de irregularidade que se investigue, pois a justiça existe é para isso. A paralisação da titularização de registros vai trazer prejuízos incalculáveis ao nosso Estado. Mais uma vez quando alguma coisa segue o rumo que tem que seguir, algo acontece para paralisar o andamento. Concordo que é preciso que o governo se posicione rapidamente através dos seus órgãos ligados ao assunto para que se dê uma resposta cabal ao Ministério Público e que, se constatado indícios de irregularidades, se investigue com a maior celeridade, agora adota uma medida extrema de paralisar um processo do qual o Estado de Roraima depende para se consolidar como Estado produtivo é algo que dista daqueles que podem entender de leis, mas não têm sensibilidade para entender o que é a produção agrícola, a atividade pecuária, o que é o drama do agricultor sem terra. Apelo ao Governo que se posicione o mais rápido possível no sentido de se contornar mais esse obstáculo no processo de titularização de terras.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua – Gostaria de fazer um apelo às comissões de Agricultura e a de Terras para que de forma conjunta convidem para conversar conosco o ITERAIMA e a FEMARH, pois é importante dialogarmos com eles para sabermos o que está se passando. Não precisa ser em plenário, vamos chamar nas comissões para sabermos o que está sendo proposto, quais são as ações a se contraporem a tudo isso. Duas, três, ou quatro comissões se reúnam e os convidem o mais rápido possível para esclarecerem aos Deputados tudo que está se passando.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra – Parabéns Deputado, sempre se pronunciando em defesa do nosso Estado, das melhores aplicações dos recursos públicos. Vossa Excelência acabou de falar que estão suspensas as titularidades das terras porque o Ministério Público Federal vai investigar, estão também suspensa as regularizações das licenças ambientais porque há indícios também de irregularidades naquele órgão por conta de privilegiar algumas pessoas. Se não judicialmente, mas de maneira coercitiva estão existindo essas ações não são transparentes como deveriam ser, só o que não está suspenso nesse Estado são os altos investimentos em festas. E, o povo do nosso Estado está indignado com uma festa que houve no Parque Anauá onde só com o show pirotécnico foram gastos trezentos mil reais. Ontem, eu denunciei formalmente ao Ministério Público e solicitei que fosse investigado esse processo licitatório e como se deu essa contratação.

Deputado Flamarion, como resposta, a Secretaria de Educação disse que existe no orçamento do Estado um valor destinado a essas queimas de fogos. Mas vejam só! Trezentos mil reais para queima de fogos enquanto nos hospitais públicos estaduais faltam esparadrapos, dinheiro para pagar os profissionais, o Plano de Cargos e Salários da Saúde nunca sai, existe problemas com ambulância, o nosso setor produtivo está totalmente abandonado. Pelo amor de Deus, temos que ter prioridades, pois o recurso é do povo. O Governo está aí não para fazer o que quer, mas para atender as necessidades do nosso povo.

Ontem, eu pesquisei na tabela de shows e o mais caro do País é, hoje, o desse cidadão chamado Michel Teló, pois um show dele não custa menos de trezentos e cinquenta mil reais. Dizem que o Governo do Estado o contratou por cento e cinquenta mil. Então, está negociando muito bem.

Enquanto isso, os artistas da terra não têm oportunidade algum para mostrar o seu trabalho, sendo que cobram bem mais barato e os recursos ficariam aqui. Então, eu quero aqui, pedir aos nobres pares que estejamos juntos em defesa do patrimônio do nosso Estado, em defesa do povo do nosso Estado, investigando e denunciando essas ações maléficas que só fazem o nosso povo sofrer. Quero deixar a minha indignação com a contratação desse show que foi um absurdo e desses fogos de artifício, pois o nosso povo não precisa de fogos e sim de dignidade, emprego, saúde e segurança.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua – Obrigado, Deputado Brito, pelo aparte de Vossa Excelência. E, concedo um aparte a Deputada Aurelina Medeiros.

Aparte concedido à Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Obrigada pelo aparte. Quero dizer que hoje também me deparei com essa notícia nos jornais com relação ao cancelamento da titulação de terras. E, isso me preocupa muito, porque eu assisti a luta dos Governos anteriores pela transferência das terras para Roraima. Assisti a resistência dos órgãos do Governo Federal, a resistência do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Nós passamos dez anos com uma lei aprovada para transferir as terras, mas o Governo Federal não regulamentava essa lei porque tinha medo ou porque Roraima tem que se submeter aquilo que os órgãos do Governo Federal querem. Eu me lembro que depois que saiu a Raposa/Serra do Sol acabou a dívida externa do Brasil. Eu não sei se vocês ouviram falar que depois da Raposa/Serra do Sol o Brasil ainda deve alguém? Ninguém nunca mais ouviu falar nisso. Então, nós fomos atropelados pelo Governo Federal com a questão da Raposa/Serra do Sol. Nós somos atropelados todos os dias com a mídia dizendo que o nosso lavrado é área desmatada na Amazônia. Mentira vergonhosa, pois eu escuto na televisão e digo: meu Deus, e agora? E a titulação de terras? Na verdade, as terras são do Estado, a não ser que o Presidente Lula não tenha passado pela Presidência desse País e não tenha assinado o Decreto que eu assisti ele assinar. E hoje, estão aí de novo os órgãos do Governo Federal esmagando nosso Estado. Não estou dizendo e não sei se o processo ou a forma está certa ou errada, não tenho conhecimento suficiente para saber se estão titulando certo ou errado, mas essa é uma ação policial para apurar e punir os que erraram. Vejo punirem o povo, mas ainda não vi punirem ninguém que fez um título errado. Houve ação, polícia federal e tudo, mas ninguém pagou nada ainda por ter assinado um título de forma errada. Estou vendo o povo pagando e isso me causa estranheza e me preocupa. Vossa Excelência sabe que nunca gostei de ver esse Estado com o pires na mão, pois quando chega o dia trinta, recebemos R\$ 10 milhões para pagarmos uma folha de R\$ 50 milhões e todos os dias somos esmagados, porque não nos deixam, ter competência para crescermos e desenvolvermos

o setor produtivo que é a nossa alternativa econômica. Não sei, continuo procurando, acho que vou ficar velha e sair do serviço público sem entender as razões que levam os órgãos do governo federal a quererem acabar com o Estado de Roraima. Não vejo razão para isso. Acredito que a Assembleia tem que juntar as comissões, mas também que temos que ir nos órgãos federais, pois nós vivemos aqui, pelo menos para sabermos o que está acontecendo e deixarmos de ser os bobos da corte da política, porque todos cobram dos políticos, dizem que eles não fazem nada. Ainda há pouco estava vendo o Deputado Brito falando que o Governador contratou o cantor, mas ouvi também que esse governador não prestava porque não tinha contratado um cantor para a festa do final do ano, para o dia das mães, já ouvi isso aqui também. Então, acho tudo isso muito pequeno para ocupar a mente dos Deputados desta Casa. É muito melhor nos preocuparmos com os produtores sem terra, com a FEMARH não poder mais conceder um licenciamento ambiental, porque o INCRA permita que se concedesse licenciamento ambiental, bem com o CCIR e eles acham que agora eles não podem mais, porque alguém, à revelia da lei, não permite. Acho que nós, da Assembleia, temos um poder restrito quanto a isso, mas temos a obrigação de pelo menos vir à tribuna lutar por essas coisas, que realmente tiram da mesa do cidadão o prato de comida. E, essa é uma preocupação constante que tenho. Por isso, me uno a Vossa Excelência no seu discurso e vou me unir também às comissões da Assembleia, pois sei que não temos poder para chamar o Ministério Público Federal para vir aqui dar satisfações, mas podemos conversar e pedir a eles uma orientação para salvarmos esse Estado. Estamos vendo nosso Estado se acabar e vejo nossos políticos federais que estão lá no Senado, desunidos entre si, se um pega um dinheiro para fazer uma BR, o outro critica, denuncia. Não é isso que é política, política é o trabalho de um grupo de pessoas para construir um Estado melhor. É assim que entendo, Obrigada.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Célio Wanderley – Em primeiro lugar, gostaria de me solidarizar com seu pronunciamento e dizer que considero essa situação bastante esdrúxula, pois se existe alguma irregularidade, que se punam os culpados. É impossível que se puna um Estado inteiro, porque aqui em Roraima existem aquelas pessoas que trabalham com seriedade, dignidade e que querem produzir e desenvolver este Estado. Acredito que essa atitude de suspender o licenciamento ambiental e as titulações é uma atitude arrogante e arbitrária do Governo Federal. Acho que o Governo do Estado deveria se posicionar imediatamente em relação a essas questões que dizem respeito ao desenvolvimento do nosso Estado. Temos uma outra situação, e acho que nesse caso a Senadora pode lhe informar melhor do que eu, que o Gian Luppi trouxe ao meu conhecimento, que é a questão do código florestal que foi aprovado com alguns vetos da Presidente Dilma e com a edição de algumas medidas provisórias, pois dentre elas há uma que fala a respeito das APPs. Anteriormente, diziam que os córregos ou nossos buritizais teriam que ser preservados até cinquenta metros de cada lado das margens, mas, com a edição dessa medida provisória, mudaram as características daquilo que chamavam córregos que, agora chamam de veredas. Agora, querem preservar toda a bacia do córrego a partir do momento em que ela levanta, mais cinquenta metros de cada lado. E, além das áreas de buritizais e palmeiras, estão incluindo também os açais, tucumãs, najas, todos os locais onde encontramos os córregos, inviabilizando a questão da piscicultura no nosso Estado. Então, acho que devemos mobilizar nossa bancada de Senadores e Deputados Federais para que fiqueamos atentos a essas questões que inviabilizam definitivamente a produção no nosso Estado, porque nos outros Estados e nos Estados do sul, mananciais que tinham palmeiras inexistem hoje. Então, inviabiliza simplesmente a Amazônia como um todo, onde as palmeiras prevalecem nas margens dos córregos. E, praticamente toda a nossa produção será inviabilizada no que diz respeito a piscicultura. Portanto, gostaria de alertar a todos para prestarmos atenção quanto a essa questão, bem como de me solidarizar com Vossa Excelência, de inserir o meu aparte no seu discurso e de dizer que precisamos fazer alguma coisa, pois não podemos ficar inertes aqui, só vendo a banda passar, temos que pelo menos nos mobilizar e dizer não, porque apesar de todos os nossos esforços, de todos os esforços da Assembleia e de todos os envolvidos nesse processo, a cada dia surge um novo empecilho para bloquear o desenvolvimento do Estado de Roraima e da Amazônia como um todo.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua – Obrigado, Deputado Célio. Eu e a Senadora Ângela Portela já conversamos com o Daniel Gian Luppi pessoalmente e ele está estudando sobre essa

questão que é realmente muito preocupante. E, para informar a Vossa Excelência, o código florestal foi aprovado na Comissão, mas nenhuma das Casas aprovou aquele projeto da medida provisória que vai ser convertida em projeto de lei. No entanto, esse debate vai permanecer na Comissão porque todos os destaques ainda vão ser discutidos na Comissão. Mas, quero deixar aqui uma coisa clara, Deputado Célio Wanderley, a União já transferiu seis milhões de hectares, através de uma medida provisória, para o Estado e ainda conveniou mais de trinta milhões para a regularização fundiária. Então, essa ação é do Ministério Público, o Governo Federal não está nisso, é uma ação do Ministério Público com a decisão ainda em forma de liminar de um juiz, não é o executivo que está brecando, é a justiça diante dos indícios de irregularidades, conforme está escrito na matéria.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Gabriel Picanço – Bom dia a todos. Gostaria de dar as boas-vindas aos meus pares e aos funcionários desta Casa, desejando-lhes que este semestre seja muito proveitoso. Deputado Flamarion, só para enfatizar o seu discurso, há alguns meses eu vinha fazendo um exame de consciência e o nosso Estado parece que foi vendido pela União para os órgãos internacionais e esqueceram de avisar ao povo de Roraima. Lembro que no tempo do garimpo, Roraima teve um grande crescimento econômico, mas veio uma determinação da Justiça Federal para a retirada dos garimpeiros e o Estado parou um pouquinho, aí começou o período da pecuária e demarcaram justamente a Reserva de São Marcos, de onde foram retirados todos os pecuaristas pelo Governo Federal. Depois deu aquela acalmada, aí vieram as multas do IBAMA aos colonos da Região Sul do Estado, os técnicos voavam de helicóptero, pegavam GPS, aplicavam as multas nos colonos e enviavam para a justiça. Após, veio a demarcação da Raposa/Serra do Sol porque Roraima estava crescendo com a produção da agricultura do arroz irrigado e da soja, aí acabaram com a produção de grãos. Agora, ultimamente, vieram madeireiros para a Região Sul do Estado e, houve o embargo da legalização e titulação das terras. Então, isso é preocupante. Acho que o Governo Federal ou a justiça devia avisar que já vendeu Roraima e mandar desocupar. Era o que tinha a dizer para engrandecer o seu pronunciamento.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua – Muito obrigado, Deputado Gabriel.

O Senhor Deputado Chico Guerra – Senhor Deputado, é preocupante essa situação. Nós temos notícia que o Ministério Público Federal sempre é contra o desenvolvimento de Roraima. Acho que devemos parar e repensar essa situação. É como disse o Deputado Erci, se há indícios, se há erros, vamos atrás e vamos punir essas pessoas. Já imaginaram se em todo lugar desse país onde houver qualquer problema com terras, o Ministério Público Federal e a justiça mandar suspender todas as titularizações, este país ia parar, de modo de que é hora de juntarmos nossa força política, principalmente dos nossos Senadores que são os que têm o dever de cuidar dos interesses do nosso Estado, para peitarem o Ministério Público Federal, pois é preciso respeito para com esse ente federativo. Parece que aqui é diferente do resto do Brasil, aqui o Ministério Público manda, determina e todo mundo faz, enquanto não é esse o seu papel, porque o papel do Ministério Público é apurar e denunciar as irregularidades, mas aqui não, ele faz papel de Juiz e todo mundo atende. Acho que está na hora dos nossos políticos da bancada federal tomarem uma posição em relação a isso, senão vamos ficar nesse puxa e encolhe que existe aqui há muito tempo, parece o tempo do nosso território em que por qualquer coisinha atacavam o Governador. Agora, o Ministério Público se acostumou mal e qualquer coisa que acontece, vai lá emperra e apara o desenvolvimento do Estado. Por isso que pedi um aparte em seu pronunciamento, por saber que essa também é uma preocupação da Deputada Ângela Portella. Espero que possamos levar essa mensagem aos nossos Senadores para que tomem um posicionamento mais firme com relação ao Ministério Público Federal.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua – Obrigado, Deputado Guerra. Realmente essa questão, pelo o que estamos sentindo, está mexendo com a Casa, com este Poder. Então, que façamos logo, através das Comissões, talvez na próxima semana, Deputado Erci, para que possamos ter informações maiores do cenário, do quadro que estamos vivendo. Mas, a Deputada Aurelina falou algo aí que me chamou a atenção. Na realidade, 78% dos nossos recursos são oriundos de transferências. Nosso Estado vive das transferências. Mas aí eu me pergunto: qual é a alternativa para crescermos? Qual é a alternativa para prosperarmos? Qual é a alternativa para nos tornarmos ricos senão, Deputado Ionilson Sampaio, através do nosso solo? Eu digo,

posso estar errado, que Roraima não tem duas alternativas para enriquecer. Roraima tem uma e somente uma alternativa para prosperar, é extrair do seu solo a riqueza suficiente para nos tornarmos grandes. Isso, para mim, é convicção e, se eu estiver errado, que alguém me convença. Por isso a importância de termos nossas terras legalizadas, segurança jurídica firme, determinada e assegurada para que possamos realmente desencadear esse processo de produção. Roraima, hoje, vive numa situação financeira difícil. Deputado Ionilson, quantas vezes nós alertamos sobre o aumento de despesa, sobre as constantes mensagens que aqui chegam para criar cargos comissionados para aumento de determinadas categorias que estão aí com salários relativamente altos se comparados com outros Estados da Federação. Não adianta aumentar salários se não temos como pagar. E relembro aqui, Deputado Célio, que vivemos um momento de entrada de recursos das BRs que somados aos convênios beira um bilhão de reais. Temos os convênios das construções de esgoto sanitário que somam mais 400 milhões de reais. Recursos oriundos do BNDES, para levar energia às vicinais que somam 250 milhões de reais. Só até aqui falei algo em torno de um bilhão e meio de reais que está entrando, entretanto, daqui a algum tempo vamos ter que pagar esse empréstimo. Cito o caso do esgoto sanitário da nossa rua, Deputado Célio, porque já estamos pagando aquele empréstimo. O Estado de Roraima está pagando dois milhões e meio pela primeira etapa do esgoto, mas é a CAER que arrecada 80% do nosso consumo de água. E por que a CAER não paga? Ela tem que ser sempre a viúva. Quem paga é o Estado, é o tesouro, enquanto a receita vai para CAER. Então, continuamos com o pires na mão. E agora não vai ter mais entrada de receita, mas apenas saídas das transferências, aí, como vai ficar nossa saúde, nossa infraestrutura, como vamos nos autossustentar.

Deputado Célio, sexta-feira, à noite, eu estava com três colegas fazendo um trabalho da faculdade e de repente um deles se sentiu mal. Nós percebemos que era um pico de pressão e dois colegas o levaram ao hospital. Chegando lá, de imediato foi confirmado o pico de pressão e foram dar para o rapaz, Captopril. A enfermeira deu o remédio, ele pediu água e ela disse: água tem, mas não tem copo, tome seco. Se é verdade ou não, não sei. Será que dois universitários vão mentir? O rapaz teve que engolir a seco o remédio porque não tinha um copo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Célio Wanderley – Deputado Flamarion, às vezes, há um mal entendido, esse remédio para ser mais eficaz, amassa e põe em cima da língua, talvez a enfermeira não tenha dado a informação correta.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua. O cara é leigo. Não estou confirmando que não há nenhum copo, mas se a enfermeira disse isso, ela está com a intenção desgastar o Governo. Esse é um exemplo. Então, a situação financeira do Estado pra mim, hoje, é preocupante. O Estado começou a pagar hoje o salário dos Servidores, mas os servidores da CER não vão receber, e os servidores da CODESAIMA só vão receber a partir do dia 10. E, falo também que em 22 anos da história deste Poder, é a primeira vez que Assembleia não paga no mês de junho o décimo terceiro salário dos servidores, pois o governo não mandou o dinheiro. Então, a situação é preocupante. Temos que dosar aqui o incremento de despesas que sempre chega, porque o lençol é curto, não dá para cobrir tudo. E em 2013 entra as parcelas do BNDES. Será que a União vai liberar meio bilhão para nossas estradas? Com certeza vai demorar. O asfalto tem que ter uma vida útil de pelo menos 10 anos, ou seja, o concreto asfáltico, ou vocês acham que a União daqui a dois anos vai continuar mandando dinheiro para nossas BRs, vai continuar fazendo empréstimos para a energia das nossas vicinais. A situação é preocupante. Temos que sair dessa dependência, pois saindo desse 78 a 80% de transferências, realmente construiremos o caminho da prosperidade. E, o único caminho é a terra, o sagrado solo roraimense que vai fazer com que a gente cresça e prospere.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Inclusive já está sendo trabalhado no Gabinete Civil mais um empréstimo para o Governo do Estado, agora com aquele programa do Governo Federal que a Presidente Dilma anunciou e, deve está chegando aqui na Assembleia um pleito de empréstimo de 300 milhões de reais, literalmente. O governo está vivendo do CDC, do empréstimo consignado e a partir do momento que ele toma o empréstimo e que começa a descontar das parcelas do FPE do próximo ano, já estamos perdendo receita, imagine quando os descontos começarem a serem feitos, qual será a situação do Estado? Isso serve para alertar sobre a situação que a Prefeitura está vivendo hoje, demitindo porque não tem dinheiro para pagar. Obrigado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua. - Obrigado, Deputado Ionilson. Presidente, sobre essa questão de novos empréstimos, não sei se o Estado tem capacidade de ainda se endividar, a menos que a União seja avalista, porque esses últimos empréstimos que o BNDES vai fazer, segundo a medida da Presidente Dilma, a própria União seria avalista, se for, tudo bem, porque não sei se o Estado tem capacidade de endividamento. Nós estivemos com o secretário há poucos dias atrás e consolidada a nossa dívida bate as portas de um bilhão de reais, logo, as gerações futuras que vão pagar esses empréstimos, mas vamos esperar que tenhamos os dados da SEPLAN e da Secretaria da Fazenda para confirmarmos se o Estado tem ou não capacidade de endividamento. Agradeço os apartes e a tolerância. Obrigado.

O Senhor Presidente (Chico Guberra) - Não havendo mais Orador, passamos para a Ordem do Dia, discussão e votação do Requerimento nº 30, requerendo, após ouvir do plenário, a convocação do Presidente da FEMARR, Senhor Luis Emir Leitão, e do Presidente do ITERAIMA, Senhor Márcio Junqueira, para prestarem esclarecimentos nas comissões, no dia 07 do corrente, às 10hs, sobre as ações dos respectivos órgãos; de autoria de vários Deputados.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento.

O Senhor Primeiro Secretário (Chicão da Silveira) - Lido o Requerimento.

Em discussão o Requerimento.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Com relação a esse Requerimento, pediria que ele fosse feito nas Comissões, porque no Plenário foge muito da discussão mais miúda. Gostaria que primeiro nós pudessemos nos reunir nas Comissões e, inclusive, convidarmos, Presidente, o INCRA para que possamos ouvir suas razões.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Solicito ao autor do Requerimento que faça essa pequena modificação.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Senhor Presidente, eu aceito a sugestão da Deputada Aurelina, será feito primeiro nas Comissões.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Em votação o Requerimento com a pequena modificação. A votação será simbólica. Os Deputados que concordarem, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento.

Não havendo mais matéria em pauta para Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

Não havendo nenhum Deputado que queira fazer o uso da palavra e, não havendo mais nada a tratar, encerro a Sessão e convoco outra para o dia 02, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jean Frank, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá e Soldado Sampaio.

Aprovada Ata Sucinta em: 02/08/2012

